

ANEXO 1

1. COMUNIDADES QUILOMBOLAS

1.1. INTRODUÇÃO

Este estudo aborda as características e problemáticas dos Bairros Quilombolas do Vale do Ribeira que, embora localizem-se fora das áreas de influência da UHE Tijuco Alto, podem sofrer interferências indiretas com sua construção, porquanto existem mais três outros barramentos inventariados a jusante de Tijuco Alto. Esclareça-se que a instalação de Tijuco Alto, não acarreta quaisquer impactos ao meio físico, biótico ou socioeconômico. O que persiste é, antes de mais nada, uma questão política decorrente dos ritos e normas tanto do setor elétrico como ambiental. O item relativo aos impactos cumulativos e sinérgicos trata, enquanto instrumental técnico, de abordar tal questão, conforme definido pelo IBAMA no Termo de Referência. Dessa forma, é que se traz à luz a questão que envolve as comunidades quilombolas.

A denominação “Bairro Quilombola” parece a mais adequada neste momento da história das populações que se definem mais como descendentes dos antigos quilombos da região, do que “Comunidade Quilombola”. Na área visitada, que compreende desde Jacupiranga até Itaóca em São Paulo, a população rural e urbana refere-se aos bairros quilombolas como Bairro, Bairro de Ivaporunduva ou simplesmente Ivaporunduva, por exemplo. Ninguém se refere a estes lugares como Quilombos, ou como Quilombo de Ivaporunduva. Os moradores desses bairros referem-se ao lugar onde vivem e aos outros bairros quilombolas apenas pelo nome do lugar, como Ivaporunduva. O termo quilombo é proferido pelos próprios habitantes desses povoados, como também pelas pessoas que moram nesta região do Vale do Ribeira, dentro de determinado contexto e não como denominação de lugar. É uma maneira de explicitar que os quilombos não existem mais, fazendo apenas parte da memória da região.

Sendo assim, utiliza-se o termo bairro associado à palavra quilombola para mostrar que se trata de um bairro de descendentes de antigos quilombos.

Estabelecido o nome pelo qual serão denominadas essas comunidades, será necessário desvendar o conceito de **Remanescente de Quilombo**, uma vez que este é o fio condutor de toda a discussão que envolve estas comunidades, quaisquer que sejam seus interlocutores, a saber: moradores das cidades de Eldorado e Iporanga; moradores do campo, vizinhos dos bairros quilombolas; funcionários públicos das prefeituras destes dois municípios, que eventualmente prestam serviço nos bairros quilombolas; religiosos ligados à Pastoral da Terra que desenvolvem trabalho de base nestas comunidades; funcionários do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, que trabalham diretamente com estes bairros; universidades e ONGs.

O termo Remanescente de Quilombo foi instituído pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA, em encontro realizado em outubro de 1994, no Rio de Janeiro. Designa hoje “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico.”¹

Quando se trata de qualquer assunto relacionado aos bairros quilombolas, com qualquer um dos interlocutores citados, o conceito Remanescente de Quilombo imediatamente se impõe trazendo um “lastro” para a discussão, situando a problemática em um contexto especial, como se esse conceito fosse um filtro mágico, capaz de conduzir a realidade política, social,

¹Garcia, José Milton, Procuradoria do Patrimônio Imobiliário/SP, em ofício encaminhado para o ITESP, 1995.

econômica e cultural dos bairros quilombolas de forma distinta, em nada se igualando às discussões sobre a mesma problemática - por exemplo as cheias do Vale do Ribeira - para uma comunidade que não é remanescente de quilombo, moradora da região.

Este conceito antropológico contemporâneo também encontra grande ressonância no íntimo dos moradores dos bairros quilombolas porque se sobrepõe ao sentimento que eles tem de si mesmos, indicando que de fato são muito diferentes. Trata-se aqui, ideologicamente, do conceito de construção de pessoa, uma vez que seus antepassados eram escravos fugidos ou libertos, que fundaram quilombos, sobre os quais estão assentados hoje alguns bairros quilombolas. Na visão dos moradores dos bairros quilombolas, o lugar onde moram não é constituído apenas pelas terras e plantações, mas também por seus costumes e seus mortos, deixando claro que as coisas materiais e imateriais se entrelaçam formando uma cultura tradicional específica dos remanescentes de quilombos, que prosseguem morando no mesmo lugar dos seus antepassados.

O conceito de Remanescente de Quilombo usado pela produção acadêmica, pelos interlocutores dos bairros quilombolas e pelos próprios moradores destes bairros está intrinsecamente ligado à questão do território. Como se não fosse possível desmembrar identidade de território. Na verdade, a deliberação deste termo pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA vem no bojo das discussões suscitadas após a edição do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988:

“Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A trajetória de ocupação territorial dos Quilombos do Vale do Ribeira é resultado de histórias de fugas e encontros de escravos, narradas de pai para filho nos bairros quilombolas. Algumas destas histórias, comprovadas por documentos cartoriais da região de Eldorado e Iporanga, mostram que houve um esforço no sentido de: adaptação ao meio ambiente circundante, apropriação de recursos naturais, desenvolvimento de atividades agrícolas de subsistência, extrativismo e manufatura de produtos, devido às oportunidades econômicas de determinado momento da história do país, consideradas as especificidades do ecossistema da região e a sazonalidade das lavouras.

A história territorial, aliada à identidade cultural daqueles homens e mulheres que fundaram os Quilombos do Vale do Ribeira, produziu um desenho espacial específico, onde a comunidade passou a identificar-se enquanto tal. O território constituído passou então a ser a possibilidade de continuidade do grupo.

Na década de 90, as comunidades negras do Vale do Ribeira procuraram o Governo do Estado de São Paulo e a Procuradoria da República, para reivindicar o reconhecimento e titulação de suas terras, conforme o Artigo 68 supracitado. A comunidade de Ivaoporanga esteve à frente deste movimento, pleiteando o reconhecimento de suas terras em 1995, quando também notificou à Procuradoria da República sobre a existência de outras comunidades negras no Vale do Ribeira. Este foi o início de um processo para identificação, reconhecimento e titulação das terras destas comunidades, possível graças à parceria dos quilombolas com o ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Em publicação do ITESP² fica clara a interpretação do Artigo 68 feita por este órgão, levando-o dessa forma a uma tomada de posição diante das reivindicações feitas por essas comunidades, norteando sua postura na condução do processo de reconhecimento dos bairros quilombolas, com demonstração de extremo interesse nesta parceria. A defesa dos direitos dessas comunidades, tomadas para si pelo ITESP, baseia-se no cumprimento das

² Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território. Cadernos ITESP 3. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e Fundação Instituto das Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. São Paulo, Outubro 2000, p. 65.

leis que foram sendo promulgadas a partir da edição do Artigo 68, que serão analisadas posteriormente. Na visão do ITESP:

“A história da ocupação do Vale do Ribeira de Iguape confunde-se com a história da formação das comunidades negras que participaram dos grandes ciclos econômicos de maneira marginal, porém articulada com os ocupantes brancos da região. A presença autônoma, ou relativamente autônoma, das comunidades negras na região durante o período escravagista brasileiro permitiu configuração de territorialidades tradicionalmente constituídas, que se redefiniram ao longo do tempo, consolidando-se como os inúmeros bairros rurais habitados predominantemente por negros do vale do rio Ribeira de Iguape.”³

O fato dessas comunidades terem plena consciência de que guardam um vínculo histórico com comunidades dos antigos quilombos da região impulsiona o processo de reconhecimento e titulação de suas terras. Os Presidentes das Associações de Bairros Quilombolas, juntamente com os técnicos do ITESP, vêm trabalhando para agilizar este processo, cientes de que a titulação das terras quilombolas possibilita sua continuidade enquanto populações negras tradicionais do Vale do Ribeira.

No entanto, fazendo frente à vontade dos bairros quilombolas e à condução técnica dos trabalhos do ITESP, a titulação das terras quilombolas tem enfrentado grandes dificuldades: falta de verbas; morosidade nos trâmites para resolver as questões fundiárias; falta de verba e pessoal técnico no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão encarregado de solucionar as questões das terras particulares sobrepostas às terras delimitadas para as comunidades remanescentes de quilombos.

A atual configuração socioeconômica da região, com a abertura de fazendas de gado e plantação de banana, aponta para a urgência do processo de reconhecimento e titulação das terras quilombolas. É sabido que parte dessas terras foi comprada por fazendeiros e, comenta-se na região, que determinadas comunidades, como é o caso de Poças, têm poucas chances de verem suas terras tituladas, devido à presença maciça dos bananais.

A história de violência sofrida na região atravessou vários ciclos econômicos e ainda está presente na memória dos moradores dos bairros quilombolas. Iniciada na segunda metade do século XVII com os garimpos de ouro tocados pelo trabalho escravo, passando pela lavoura comercial de arroz no século XIX. Vários fatores vão afetar a economia tradicional destas comunidades, competindo com o sistema de roças de subsistência: a introdução do plantio da banana na primeira metade do século XX, a construção da estrada de Eldorado para Iporanga na década de 1960, a extração do palmito juçara a partir da metade do século passado, a instalação de unidades de conservação (PETAR, Carlos Botelho, Jacupiranga e Intervalos), a abertura de fazendas de gado e, mais recentemente, a implementação do ecoturismo no Vale do Ribeira, sediado nas cidades de Eldorado e Iporanga.

A política voltada para a construção de barragens, necessárias à produção de energia, iniciada em 1950, pode ser considerada, junto com os fatores citados acima, elemento perturbador que passa a influenciar o modo de vida tradicional dos bairros quilombolas.

Os moradores destes bairros mobilizam-se contrários à construção das barragens de Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatal, porque, como já visto, a identidade cultural destas comunidades está intrinsecamente ligada à titulação de suas terras. A ameaça de perderem seu lugar, fundado por seus antepassados, vendo-o embaixo d'água, traz insegurança aos moradores dos bairros quilombolas porque aponta para a possibilidade concreta de deixarem de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. A identidade / territorialidade dos bairros

³ Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território. Cadernos ITESP 3. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e Fundação Instituto das Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. São Paulo, Outubro 2000, p. 65.

quilombolas são a questão central quando se trata da construção de barragens no vale do Ribeira.

1.2 METODOLOGIA

O estudo dos Bairros Quilombolas foi realizado graças à revisão de bibliografia selecionada, análise de dados secundários e produção de dados primários. Durante todo o processo procedeu-se ao cruzamento das informações.

A bibliografia foi selecionada em três etapas distintas da pesquisa: fase inicial de revisão bibliográfica, pesquisa no ITESP e pesquisa de campo. Os títulos da bibliografia estudada foram encontrados nas bibliotecas do ITESP, do CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos e do ISA – Instituto Socioambiental. As bibliografias contidas nos livros *Caipiras Negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*, de Renato S. Queiroz e *Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território*, do ITESP, foram primordiais, uma vez que estes livros já podem ser considerados clássicos do estudo das comunidades rurais negras do Vale do Ribeira. Foram lidos alguns títulos selecionados, de âmbito geral e específico para conhecimento da história da ocupação territorial dos quilombos no Vale do Ribeira e dos ciclos econômicos da região.

Partiu-se da reflexão sobre os dados secundários **com** e **sem** a questão candente das barragens do Vale do Ribeira, porque, de princípio foi possível observar que esta polêmica muitas vezes turvava a compreensão das características destas sociedades tradicionais, tal era o grau de paixão, mesmo de agressão, quando o assunto barragens surgia nas entrevistas e colóquios. Então, desde os primeiros contatos, tentou-se essa distinção metodológica necessária a uma análise imparcial dos dados. Nas leituras adotou-se a mesma postura.

As informações, colhidas na pesquisa bibliográfica inicial, facilitaram a preparação da pauta para a primeira rodada de entrevistas com profissionais do ITESP e do ISA. A elaboração de perguntas já contextualizadas pelas condições socioeconômicas, políticas e culturais dos bairros quilombolas permitiu ampliar a compreensão da problemática contemporânea destas comunidades, permitindo vislumbrar a situação no campo.

Procedeu-se então uma série de entrevistas. O critério que norteou a escolha dos entrevistados foi selecionar pessoas que tivessem contato assíduo com os moradores dos bairros quilombolas, visando obter informações atualizadas que permitissem um contraponto à bibliografia histórica e antropológica selecionada. Estas entrevistas também foram estratégicas, porque criaram canais de aproximação com algumas pessoas dos bairros quilombolas e do ITESP no Vale do Ribeira, possibilitando o primeiro contato com as comunidades.

É importante ressaltar que os técnicos das instituições mencionadas consideravam que a pesquisa de campo seria infrutífera, por três motivos: os moradores dos bairros quilombolas não receberiam nenhum profissional contratado pelo CNEC/CBA; se recusariam a falar de Tijuco Alto fora do âmbito da audiência pública e não participariam de nenhuma entrevista que visasse coletar informações sobre suas comunidades. Informou-se a estes profissionais que a pesquisa de campo nos bairros quilombolas integrava a metodologia geral assumida pelos estudos sócio-ambientais do empreendimento e, portanto, seria tentada, da melhor forma possível, a obtenção de novos dados em campo.

Após encerrar a etapa de entrevistas nas instituições citadas observou-se que houve uma troca de *recados* com integrantes dos bairros quilombolas, devido ao estreito contato dos entrevistados com as comunidades. Neste contexto de *ameaças veladas* foi necessário

refletir sobre a melhor forma de contato com os moradores dos bairros quilombolas para a realização da pesquisa.

Na etapa de pesquisa no ITESP tomou-se conhecimento dos laudos antropológicos das comunidades quilombolas. Estes documentos, elaborados por profissionais da área de antropologia, são produzidos para viabilizar o reconhecimento de um bairro quilombola como comunidade remanescente de quilombo. Os laudos passaram a ser a fonte bibliográfica básica, devido às suas características de pesquisa histórica e porque foram elaborados recentemente, contendo informações atuais dos bairros quilombolas. Através das bibliografias contidas nestes laudos foi possível também ampliar as fontes secundárias.

Após leitura e análise dos laudos antropológicos do ITESP elaborou-se a pesquisa de campo. Fez-se uma pauta de entrevistas para os moradores dos bairros quilombolas, com perguntas gerais, tentando atualizar as informações contidas nos laudos sobre a história destas comunidades, considerando seu patrimônio cultural e material, seu sistema produtivo, as formas tradicionais e alternativas de trabalho, a produção agrícola, o extrativismo, a organização social e política, as manifestações culturais e, por fim, as perspectivas destas comunidades diante da construção das barragens. Preparou-se o material para realizar a pesquisa de campo: pauta de entrevista, coleção de mapas e resumo dos laudos antropológicos do ITESP dos bairros quilombolas.

Como previsto, o contato foi difícil no primeiro momento, tanto que na maioria das comunidades houve necessidade de voltar algumas vezes, insistindo da forma mais cortês possível. Como fosse negada qualquer informação, passou-se a usar o conhecimento de que se dispunha sobre o bairro em questão, contido nos laudos antropológicos do ITESP, para levantar questões que terminavam por aguçar a curiosidade dos moradores. Outro método usado para iniciar o contato foi o de conversar sobre conhecidos comuns.

Devido à dificuldade em entrevistar os moradores dos bairros quilombolas, e mesmo porque era necessário conhecer os caminhos para chegar a estes lugares, foram entrevistados moradores das cidades de Eldorado e Iporanga, monitores ambientais, donos de pousadas, professores e funcionários do ITESP. Nessas entrevistas obteve-se uma informação valiosa, criando condições subjetivas para continuar a tentar contato com as comunidades, visto que, conforme os entrevistados, "os quilombolas não gostam de muita conversa, eles ficam entre eles mesmos e, mesmo se você não estivesse trabalhando para a barragem, nem assim eles querem dar informação para ninguém".

Após compreender que seria impossível proceder a uma pesquisa de campo antropológica *clássica*, uma vez que a maioria dos moradores mostrava-se totalmente refratária às tentativas, optou-se por desistir da pauta de entrevistas. Decidiu-se procurar apenas os presidentes das associações dos bairros quilombolas para esclarecer, o mais detalhadamente possível, os estudos que estão sendo realizados sobre a UHE Tijuco Alto e explicar a necessidade de conhecer os motivos pelos quais os quilombolas não são a favor da construção de barragens, para que estas informações fiquem registradas em relatório. Como o assunto barragem mobiliza-os inteiramente, o método funcionou. Buscou-se então estender o máximo possível a conversa para chegar a abordar questões relativas aos seus sistemas produtivos, à sua organização social, à interação com a sociedade local e discutir o ecoturismo, que é a nova perspectiva econômica da região.

Redirecionando a pesquisa de campo, foi possível não só obter algumas informações que constavam da pauta original, como permanecer um tempo maior nos bairros quilombolas, observando sua configuração geral para posterior anotação no diário de campo.

A bibliografia foi novamente ampliada na volta da viagem de estudo de campo no Vale do Ribeira. De fato, em contato com os moradores dos bairros quilombolas, causou surpresa

seu excessivo fechamento no trato social e desinteresse por assuntos que não lhes dizem respeito diretamente, sentindo-se necessidade de procurar suporte teórico, para dar conta da suposta "impermeabilidade" dos moradores destas comunidades.

Para redação do relatório final houve a releitura dos textos que sobressaíram na revisão bibliográfica, os diários de campo, assim como foram retomados contatos com os entrevistados da primeira fase da pesquisa com o intuito de refletir sobre a atual conjuntura socioeconômica, política e cultural destes bairros, após impressões de campo.

1.3. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As informações contidas no Quadro 01 foram colhidas no Departamento de Regularização Fundiária do ITESP. Este órgão realiza a pesquisa necessária ao reconhecimento das comunidades quilombolas como remanescentes de quilombos, bem como a delimitação de seus territórios. Portanto, funciona como um *braço técnico* da Procuradoria Geral do Estado, instituição responsável pela titulação das terras quilombolas.

Seguem abaixo as informações sobre o quadro:

- ✓ as comunidades, cujo número de famílias não está definido e cuja área não foi objeto de levantamento, estão sendo apontadas para identificação pelo ITESP como possíveis comunidades remanescentes de quilombo.
- ✓ o ano de reconhecimento corresponde à data em que essas comunidades foram reconhecidas como remanescentes de quilombos. Por sua vez, esta data corresponde à publicação no Diário Oficial do Estado do Relatório Técnico e Científico – RTC, produzido pelo ITESP. O RTC é o estudo sócio-antropológico da comunidade e contém mapas de delimitação do seu território.
- ✓ a data da titulação corresponde ao momento em que a Procuradoria Geral do Estado conclui o processo de legitimação do RTC, expedindo o Título de Domínio das terras da comunidade quilombola.
- ✓ o INCRA é o órgão responsável por desapropriar as terras particulares que coincidem com as áreas delimitadas das comunidades que já foram reconhecidas como remanescentes de quilombos. Os títulos destas terras serão, posteriormente, transferidos para o nome destas comunidades.

Após a elaboração do quadro, procedeu-se à revisão feita pelos técnicos do ITESP, responsáveis por esse assunto.

A localização dos bairros quilombolas na Bacia do rio Ribeira de Iguape está espacializada na Figura 3.5.3/06, com os pontos (latitude e longitude) fornecidos pelo ITESP.

Em relação ao eixo da barragem, a comunidade quilombola mais próxima é Porto Velho, que fica a uma distância aproximada de 24 km em linha reta ou 42 km seguindo-se pelo curso do rio.

1.4. INSTÂNCIAS FUNDIÁRIAS DAS TERRAS QUILOMBOLAS – LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL

No ITESP, foram pesquisadas as instâncias fundiárias de 23 bairros quilombolas, indicadas no Quadro 02. Cabe esclarecer cada etapa da titulação das terras quilombolas e apresentar a legislação que garante este processo. Acrescentou-se à pesquisa realizada, anotações de campo sobre as questões fundiárias das terras quilombolas.

As terras dos bairros quilombolas do Vale do Ribeira têm condições fundiárias distintas, a saber: comunidades que ainda não foram apontadas para identificação, bairros apontados para identificação pelo ITESP, comunidades que já passaram por processo de reconhecimento como remanescentes de quilombos, comunidades que já possuem Título de Domínio e áreas que devem ser arrecadadas pelo INCRA.

QUADRO 01 - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS QUILOMBOLAS AO LONGO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA

Nome	Município	Nº de Famílias	Área total Ha	Área Devoluta ha	Área particular (ha) *	Ano de reconhec.	Data da Titulação	Latitude**	Longitude**
Maria Rosa	Iporanga	20	3.375,66	3.375,66		1998	15/01/01	24°30'36".33	48°30'11".34
Pilões	Iporanga	51	6.222,30	5.925,99	296,31	1998	15/01/01	24°29'23".53	48°28'47".99
Praia Grande	Iporanga	26	1.343,77	416,6863	868,7836	2002		24°40'05".70	48°39'16".04
Porto Velho	Iporanga	09	941,0056		941,0056	2003		24°40'28".91	48°47'46".76
Bombas	Iporanga	16						24°36'25".09	48°39'24".71
Castelhanos	Iporanga	aprox.60				c/pedido		24°33'14".57	48°25'59".53
Galvão	Eldorado/ Iporanga	29	2.234,34	1.942,83	291,50	2001		24°32'22".73	48°26'57".14
São Pedro	Eldorado/ Iporanga	39	4.688,26	4.558,20	130,07	1998	15/01/01	24°31'21".00	48°24'09".54
Nhumguara	Eldorado/ Iporanga	91	8.100,98	8.100,98		2001		24°35'07".03	48°25'20".68
Pedro Cubas	Eldorado	40	3.806,23	2.449,39	1.356,84	1998	20/11/03	24°31'26".22	48°16'58".22
Ivaporunduva	Eldorado	70	2.754,36	672,82	2.082,07	1998	12/09/03	24°33'49".35	48°23'31".39
André Lopes	Eldorado	76	3.200,16	3.049,20	76,14	2001		24°36'04".07	48°24'20".41
Sapatu	Eldorado	82	3.711,62	1.584,06	2.127,56	2001		24°36'03".04	48°21'47".69
Pedro Cubas de Cima	Eldorado	22	6.875,22	3.074,2205	3.800,2421	2003		24°29'58".97	48°17'44".07
Abobral	Eldorado	aprox. 08				c/pedido		24°29'03".29	48°04'11".09
Poças	Eldorado	aprox. 11				c/pedido		24°36'43".36	48°08'44".66
Bananal Pequeno	Eldorado	aprox. 10				c/pedido		24°31'46".34	48°04'42".82
Boa Esperança	Eldorado	aprox. 40				c/pedido		24°35'14".50	48°16'28".57
Cangume	Itaóca	37						24°35'58".09	48°45'46".56
Reginaldo	Barra do Turvo	aprox. 40				c/pedido		24°49'00".13	48°29'13".74
Terra Seca	Barra do Turvo	aprox. 21				c/pedido		24°53'51".25	48°27'56".60
Ribeirão Grande	Barra do Turvo	aprox. 21				c/pedido		24°54'24".34	48°28'31".55
Cedro	Barra do Turvo	aprox. 20				c/pedido		24°54'56".21	48°27'55".27

Fonte: ITESP, dezembro de 2004

* Áreas particulares que incidem nas áreas reconhecidas como comunidades quilombolas e que serão arrecadadas pelo INCRA e posteriormente tituladas em nome dessas comunidades.

** O ponto foi tirado próximo ao núcleo das comunidades.

Segundo depoimentos dos moradores dos bairros quilombolas e dos técnicos do ITESP, o *movimento* para titular as terras quilombolas iniciou-se em 1997, quando lideranças quilombolas reuniram-se com o Governador Mário Covas para solicitar que fossem sustados os estudos para construção das barragens no rio Ribeira de Iguape, realizados pela CESP. Naquela ocasião o Governador Mário Covas mostrou-se sensível à causa, sabendo interpretar o conteúdo do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Criou-se, então, uma comissão para estudar os procedimentos necessários ao reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e a titulação de suas terras. A pedra fundamental do processo de titulação das terras quilombolas é a luta destas comunidades contra a construção das barragens no Vale do Ribeira. Observa-se que todas as leis e decretos, com exceção do Artigo 68, foram promulgadas a partir de 1997.

As etapas do processo administrativo para titulação das terras quilombolas são as seguintes:

- ✓ Comunidades que ainda não foram apontadas para identificação: é possível, que ainda existam algumas comunidades quilombolas na bacia do rio Ribeira de Iguape, que não participam do conjunto de comunidades quilombolas apontadas para identificação pelo ITESP.
- ✓ Bairros apontados para identificação pelo ITESP: as comunidades quilombolas são apontadas para identificação de formas diferentes. Uma comunidade pode enviar um ofício para o ITESP; uma ONG pode mandar um requerimento pedindo ao ITESP a identificação de uma comunidade; algum morador da região pode contar para um técnico do ITESP que em determinado local moram famílias remanescentes de quilombos. O ITESP então, envia para a comunidade profissionais (antropólogo e geógrafo) que fazem uma reunião com os moradores no sentido de verificar se, trata-se de fato de remanescentes de quilombos, podendo, portanto, serem contemplados pelo Artigo 68 da Constituição Federal de 1988.

Nesta primeira etapa do processo administrativo, para titulação das terras quilombolas têm-se cobertura das seguintes leis e decretos:

- Constituição Federal de 1988, artigos 215, 216 e 68 - Pela primeira vez o Estado Brasileiro reconhece que as terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos são de sua propriedade, tendo eles, portanto, direito ao título definitivo.
- Decreto Estadual nº 40.723, 21 de Março de 1996 - Institui Grupo de Trabalho que fará cumprir o artigo 68. Ao Grupo de Trabalho compete estabelecer os critérios para definir as comunidades que serão beneficiadas pelo artigo 68.
- Decreto Estadual nº 41.774, 13 de Maio de 1997 - Define o ITESP como órgão competente para estudo socioeconômico e trabalhos necessários à demarcação das áreas quilombolas.
- Lei Estadual nº 9.757, 15 de Setembro de 1997 - Dispõe sobre a legitimação da posse das terras públicas estaduais aos remanescentes das Comunidades Quilombolas.

Observou-se, na região, que a identificação e o reconhecimento de uma comunidade como remanescente de quilombo é um assunto controvertido. Segundo depoimentos dos moradores dos bairros quilombolas apontados para identificação, seu reconhecimento como bairro quilombola de fato traz *status*. Além da perspectiva de ter suas terras tituladas, se ganha também proteção e bens materiais do ITESP. No entanto, na mesma comunidade, podem haver opiniões divergentes de moradores que não querem ter um título de posse

coletiva da terra, apesar dos investimentos em instalações e programas comunitários que a parceria com o ITESP pode trazer.

Verificou-se, na pesquisa de campo, que existe a possibilidade de comunidades que estão sendo apontadas para identificação não se enquadrarem no perfil tradicional de remanescentes de quilombos, uma vez que migraram de um bairro quilombola reconhecido para outra localidade devido a questões familiares ou conflitos de terra. Neste caso, os moradores dos bairros apontados para identificação são, de fato, descendentes dos mesmos antepassados que seus parentes, que residem nas comunidades quilombolas reconhecidas, mas ocupam terras em que nunca existiram quilombos e onde moram outras famílias que não têm nenhum parentesco com os remanescentes de quilombos. O bairro de Castelhanos pode ser apontado como exemplo deste tipo de situação fundiária controversa.

- ✓ Comunidades que já passaram por processo de reconhecimento como remanescentes de quilombos: o processo de reconhecimento de uma comunidade quilombola pelo ITESP é a continuidade da fase de identificação.

Nesta etapa do processo administrativo somam-se ao conjunto de leis e decretos anteriores as seguintes leis e decretos:

- Decreto Estadual nº 42.839, 04 de fevereiro de 1998 - Define a competência do ITESP para administrar as etapas que vão da identificação até a legitimação da posse das áreas das comunidades quilombolas, instituindo o RTC como instrumento para tanto, incluindo a participação das Associações das Comunidades Quilombolas em todas as etapas.
- Decreto Estadual nº 43.651, 26 de novembro de 1998 - Não integram as Áreas de Proteção Ambiental da Serra do Mar, as terras reconhecidas como de propriedade definitiva dos remanescentes das comunidades de quilombos.
- Decreto Estadual nº 43.838, 10 de fevereiro de 1999 - Acrescenta um representante da Associação das Comunidades de Quilombos, legalmente reconhecido, ao Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta, responsável pela identificação e legitimação de terras devolutas do Estado, ocupadas por estas comunidades.
- Decreto Estadual nº 44.293, 04 de outubro de 1999 - Criação do Parque Estadual Intervales. Não integram o perímetro do parque, as terras reconhecidas como propriedade definitiva das comunidades remanescentes dos quilombos.

O reconhecimento oficial da comunidade quilombola é feito quando o RTC (Relatório Técnico Científico) é publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. O processo de reconhecimento é, portanto, o próprio conteúdo do RTC, o qual deve contemplar os seguintes tópicos:

"Localização da comunidade: município, perímetro, vias de acesso, confrontantes etc.

Identificação e descrição da área, conforme limites indicados pela comunidade, considerando a distribuição espacial, seus usos e costumes, as terras imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar, assim como fatos e documentos históricos. Deverão estar especificadas as diferentes situações em relação ao domínio e ocupação da terra, a saber:

- a) Atividades econômicas, de utilização para auto-sustentação e de manejo (por exemplo: roças, pomares, nascentes/poços d'água/rios, áreas de caça, pesca,

coleta etc.);

- b) Construções existentes: casas de moradia, oficinas, casas de roça, igrejas, espaços de articulação e lazer (cemitério, campo de futebol, sedes de associações e outros espaços de utilização permanente ou ocasional);

Critérios de pertencimento territorial/espacial, que serão considerados tendo em vista:

- a) Auto-definição e formas de ocupação tradicional;
- b) Atividades econômicas que se referem ao grupo (agricultura, pecuária/criação, artesanato, coleta etc.);
- c) Relações com a sociedade circundante, o que envolve a existência de conflitos, o intercâmbio socioeconômico (comércio, relações sociais, reconhecimento de uma identidade cultural específica da comunidade) e com o poder público, tendo em vista o exercício da cidadania plena; nesse sentido observa-se a existência de serviços públicos no local, utilização desses serviços nos municípios ou na capital - saúde, educação e outros; garantia dos direitos do cidadão (ter documentação pessoal, por exemplo). " ⁴

O RTC engloba o laudo antropológico escrito após pesquisa de campo e bibliográfica, e mapa expedito elaborado pelo geógrafo junto com a comunidade. Num segundo momento os técnicos percorrem a área com GPS para finalizar o mapa. O Decreto Estadual nº 42.839, instituiu o RTC porque a Procuradoria Geral do Estado não aceitaria só a auto-identificação das comunidades quilombolas.

- ✓ Comunidades que já possuem o Título de Domínio: após a publicação do RTC no Diário Oficial do Estado inicia-se o processo de titulação. Os procedimentos a serem adotados vão depender das características jurídicas das terras que compõem a área da comunidade quilombola que foi reconhecida.

O Decreto Estadual nº 42.838/98 estabelece que, sendo ouvida a Associação do Bairro Quilombola sobre as propostas finais dos memoriais descritivos, terá início o processo para legitimação de posse das terras devolutas. Este mesmo decreto determina o encaminhamento das áreas particulares para fins de desapropriação pela União.

O Título de Domínio é um título de propriedade da área, não pode ser vendido nem dividido. É inalienável. Este título é coletivo e privado, pertencendo à Associação da Comunidade Quilombola. Ao contrário das terras indígenas demarcadas, que pertencem à União, os Títulos de Domínio das Comunidades Quilombolas não pertencem ao Estado de São Paulo ou à União.

Os Títulos de Domínio das Comunidades Quilombolas são assinados pelos Outorgantes: Governador do Estado de São Paulo, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Procurador Geral do Estado e Diretor Executivo da Fundação ITESP.

E pelo outorgado: Associação Quilombola, instituição juridicamente reconhecida que é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de natureza social, cooperativa, cultural e beneficente. A Associação Quilombola recebe em seu favor um Título de Domínio de tantos hectares de terras devolutas estaduais. A Associação se compromete a cumprir e fazer cumprir as normas federais e estaduais de proteção ambiental na área titulada.

⁴ Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território. Cadernos do ITESP. Outubro de 2000.

- ✓ Áreas que devem ser arrecadadas pelo INCRA: sabe-se que o ITESP faz o reconhecimento, tanto das terras devolutas como das terras particulares das comunidades quilombolas. As terras devolutas são tituladas da forma descrita acima e, as terras particulares que incidem sobre as terras quilombolas, reconhecidas e delimitadas no RTC, devem ser arrecadadas pelo INCRA e posteriormente transferidas para o nome das Associações das Comunidades Quilombolas.

Este procedimento foi estabelecido pelo Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que reitera o artigo nº 68, instruindo sobre como proceder à titulação das terras delimitadas que pertencem às comunidades que já foram reconhecidas como remanescentes de quilombos. Decreta que compete ao INCRA o processo administrativo (antes de competência da Fundação Cultural Palmares) sem prejuízo da competência concorrente dos Estados. O INCRA está autorizado a analisar o imóvel de propriedade particular, levantando as hipóteses de desapropriação; caso necessário, fará o reassentamento das famílias dos agricultores ocupantes das terras dos remanescentes de quilombo, indenizando suas benfeitorias, sempre garantindo a defesa dos interesses dos remanescentes dos quilombos. Instrui também que as comunidades devem ser representadas por associações legalmente constituídas.

Recentemente, foi firmado um contrato de cooperação de trabalho entre o ITESP e o INCRA. Os trabalhos estão em fase de levantamento das propriedades particulares e das benfeitorias que incidem sobre as terras quilombolas, reconhecidas e delimitadas no RTC. Depois desta pesquisa, estas propriedades serão arrecadadas e passadas para as Associações das Comunidades Quilombolas.

O INCRA deverá resolver questões de natureza fundiária distintas, tais como: terras particulares cujos proprietários não são encontrados, áreas particulares cujos ocupantes não detêm o título, além dos conflitos de terra entre os moradores dos bairros quilombolas e os fazendeiros.

QUADRO 02 - INSTÂNCIA FUNDIÁRIA DOS BAIROS QUILOMBOLAS AO LONGO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA

NOME	INSTÂNCIA FUNDIÁRIA
María Rosa	Terras devolutas tituladas em 15/01/01
Pliões	Terras devolutas tituladas em 15/01/01. Terras particulares devem ser analisadas pelo INCRA
Praia Grande	Terras devolutas em processo de titulação pelo ITESP. Terras particulares devem ser analisadas pelo INCRA
Porto Velho	Terras devolutas em processo de titulação pelo ITESP. Terras particulares com prioridade no INCRA devido aos conflitos com fazendeiros
Bombas	Em fase final de reconhecimento pelo ITESP
Castelhanos	Área apontada para identificação pelo ITESP
Galvão	Terras devolutas em processo de titulação pelo ITESP. Terras particulares com prioridade no INCRA devido aos conflitos com fazendeiros
São Pedro	Terras devolutas tituladas em 15/01/01. Terras particulares devem ser analisadas pelo INCRA
Nhumguara	Terras devolutas em processo de titulação pelo ITESP
Pedro Cubas	Terras devolutas tituladas em 20/11/03. Terras particulares devem ser analisadas pelo INCRA
Ivaporunduva	Terras devolutas tituladas em 12/09/03. Terras particulares devem ser analisadas pelo INCRA
André Lopes	Terras devolutas em processo de titulação pelo ITESP. Terras particulares devem ser analisadas pelo INCRA
Sapatu	Terras devolutas em processo de titulação pelo ITESP. Terras particulares devem ser analisadas pelo INCRA
Pedro Cubas de Cima	Terras devolutas em processo de titulação pelo ITESP. Terras particulares devem ser analisadas pelo INCRA
Abobral	Área apontada para identificação pelo ITESP
Poças	Área apontada para identificação pelo ITESP
Bananal Pequeno	Área apontada para identificação pelo ITESP
Boa Esperança	Área apontada para identificação pelo ITESP
Cangume	Em fase final de reconhecimento pelo ITESP
Reginaldo	Área apontada para identificação pelo ITESP
Terra Seca	Área apontada para identificação pelo ITESP
Ribeirão Grande	Área apontada para identificação pelo ITESP
Cedro	Área apontada para identificação pelo ITESP

Fonte: ITESP, dezembro de 2004.

1.5. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A história da ocupação territorial das comunidades quilombolas, seu sistema produtivo, sua organização social, suas manifestações culturais etc, formam um substrato comum a todos os bairros quilombolas do Vale do Ribeira. Neste sentido mostrar-se-ão as características que são, denominador comum entre estas comunidades, ressaltando posteriormente as características que são exclusivas de cada bairro.

Como já explicitado no item 1.2, não foi possível realizar a pesquisa de campo como havia sido planejado, dada a resistência dos quilombolas em receberem e dialogarem com os profissionais contratados pela CNEC/CBA, ficando, portanto, as informações pleiteadas prejudicadas. O texto que se segue é resultado de um mosaico, elaborado com dados secundários e informações obtidas com a pesquisa de campo da maneira descrita anteriormente.

a) Histórico de Ocupação Territorial das Comunidades Quilombolas

"Essa passagem foi contada por José Gomes de Lima para Benedita Dias da Costa que sou eu que estou contando, que a minha bisavó era dos escravos e fugiu aqui para essa região, foi pega a laço e casou com Lutério, meu bisavô que também era daqui da mesma região, do qual nasceu Joaquim que casou com Antoninha minha avó, daqui também da mesma comunidade de Maria Rosa, da qual nasceu Maria minha mãe, que casou com José Gomes de Lima, meu pai, da qual nasceu três filhos e ela faleceu, deixando meu pai viúvo com todos nós pequeno, eu com treze anos, outro com oito, e um neném com um mês de idade, meu pai lutou para nos criar sozinho, e eu me casei com José Dias da Costa, família daqui mesmo, descendente de quilombo, onde nascemos, crescemos e estamos vivendo, nesta terra de nossos antepassados e nunca queremos sair daqui porque ninguém tem experiência da cidade. Queremos cultivar a lembrança de nossos antigos."⁵

A história da ocupação territorial e da formação dos bairros quilombolas confunde-se com o histórico dos ciclos econômicos do Vale do Ribeira. É desta ótica que vemos o aparecimento de comunidades fundadas por escravos fugidos e libertos das mineradoras e fazendas da região viverem suas histórias como comunidades negras rurais e transformarem-se nos atuais bairros quilombolas do Vale do Ribeira.

A seguir, um resumo da história do surgimento dos bairros quilombolas, baseado nos RTC - Relatórios Técnico Científicos do ITESP.

- Ivaporunduva

Este lugar é citado pela primeira vez em documento de 1655, dizendo que era ocupado por dois irmãos mineradores. Desde 1720, antes mesmo da fundação de Xiririca, já havia um povoado neste local ocupado por mineradores e seus escravos.

A Capela Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi construída em 1791 pelos escravos das redondezas que, além da aprovação dos seus senhores, obtiveram de um minerador do bairro a doação de uma lavra de ouro como patrimônio da igreja.

A história de Ivaporunduva também está ligada ao nome da Senhora Joana Maria, que teria libertado seus escravos e doado suas terras antes de morrer, em 1802. Essa senhora chegou a Ivaporunduva vinda de Minas Gerais com o primeiro marido português; enviuvou e

⁵ ITESP, 2000, p.102.

casou-se outras duas vezes, neste mesmo lugar. Segundo consta trata-se de uma matriarca que, inclusive, oficiava os cultos deste povoado.

A mineração do ouro de aluvião usou grande quantidade de mão-de-obra escrava. Existia no local agricultura de subsistência para suprir parte dos plantéis. Com a decadência da mineração, a população branca foi gradativamente deixando o lugar, ao contrário da população negra que aumentou, devido à junção dos escravos alforriados com aqueles que foram abandonados por seus senhores. Durante uma época, Ivaporunduva tinha uma parte da população negra liberta ocupando-se da agricultura, caça, pesca e coleta, e outra parte da população negra cativa, em fazendas, como é exemplo, a Fazenda Caiacanga famosa pela crueldade do seu senhor Antonio Jorge, morto em 1880.

Com o passar do tempo, verifica-se que Ivaporunduva atraía grande quantidade de negros livres, libertos e fugidos que se agrupavam em torno da igreja. Seus habitantes transformaram-se em pequenos produtores, interferindo na economia da região, percorrendo o rio Ribeira de Iguape para comerciar e relacionar-se com outros grupos de escravos libertos ou fugidos, com quem estabeleceram relações duradouras.

Ivaporunduva é a primeira comunidade negra do Vale do Ribeira, funcionando como matriz das outras comunidades quilombolas que foram aparecendo na região. A ocupação das terras deste bairro, como dos demais, deu-se praticamente da mesma forma: as áreas disponíveis ao redor do rio Ribeira de Iguape e dos seus afluentes iam sendo invadidas. Essas terras devolutas e abandonadas foram sendo tomadas por populações negras, que transitavam livremente, causando medo às populações brancas da região, que temiam que essas comunidades se amotinassem.

O fato é que, antes da abolição dos escravos, a comunidade de Ivaporunduva com uma população de negros libertos, convivia com a escravidão das fazendas próximas, semeando inquietação tanto nos senhores, como nos escravos, que queriam seguir-lhes o exemplo.⁶

- São Pedro

O Bairro de São Pedro formou-se como tantos outros na região, aproximadamente na década de 30 do século XIX. Com a decadência da mineração, os negros que haviam se transformado em pequenos produtores, procuravam terras devolutas, férteis, próximas aos rios para o plantio.

A Barra de São Pedro, como era chamada antigamente, está associada a Bernardo Furquim, que chegou a este lugar fugido com medo de ser capturado para o trabalho escravo. Estabeleceu-se, teve várias mulheres e 24 filhos. Plantou café, arroz e cana, beneficiando os três produtos.

O território associado a Bernardo Furquim foi em parte ocupado graças às alianças de casamento. Isso também ocorreu em outros bairros.

"É notável a funcionalidade das alianças de casamento ocorridas nas primeiras gerações entre moradores não parentes, residentes em localidades diferentes, como fator de ampliação e consolidação da ocupação territorial. As uniões conjugais mais ou menos estáveis entre primos paralelos e cruzados e entre tios e sobrinhas são fator de povoamento e repovoamento de regiões antigamente pouco ocupadas, principalmente, por grupos de um mesmo tronco familiar. A memória genealógica dos informantes permite reconstituir os

⁶ ITESP, 2000, pp. 65 - 74.

deslocamentos relativos à ocupação dos territórios até, pelo menos, cinco gerações anteriores.”⁷

A memória genealógica levantada pelos antropólogos do ITESP, com informantes de vários bairros quilombolas, foi capaz de explicar, em parte, como esses grupos ocuparam a região do Vale do Ribeira a partir do século XIX.

Antes de Bernardo Furquim, não há nenhum registro de ocupação na Barra de São Pedro e sua vizinhança. No entanto, existem informações sobre população negra na região, anterior à família Furquim, sem nenhum registro de terras, porque viviam à margem da sociedade local. Esta é uma informação valiosa para que se possa compreender a situação fundiária das comunidades quilombolas - terras com registro de posse de negros libertos podem ter encoberto uma ocupação de negros fugidos, demonstrando outro tipo de aliança, que funcionou na ocupação do território do Vale do Ribeira.⁸

- Pedro Cubas

A fundação desta comunidade está ligada ao nome de Gregório Marinho, escravo da fazenda de Caiacanga. Ao que tudo indica este lugar formou-se a partir do agrupamento de vários escravos fugidos das fazendas da região, inclusive da temida Caiacanga.

A formação de Pedro Cubas também está ligada a Ivaporunduva. Pesquisando os registros do Livro de Terras de Xiririca, observa-se que troncos familiares de Ivaporunduva reaparecem em Pedro Cubas, em 1840. Reiteradamente, vê-se que os casamentos em várias comunidades negras foi uma estratégia de ocupação das terras às margens do Ribeira e dos seus afluentes.

A ocupação geográfica das comunidades quilombolas sempre se dará em torno de um sistema hidrográfico ligado ao rio Ribeira de Iguape. No caso de Pedro Cubas é o rio de mesmo nome que deságua no Ribeira. A água, como a terra para o plantio, foram vitais na escolha dos lugares onde os negros libertos e fugidos foram se *acoitar*. O acesso a terra para trabalhar foi fundamental na formação destas comunidades. Em todos os relatos da história territorial destes bairros, sobressaem as atividades que logo foram iniciadas, uma vez instalados os primeiros habitantes no lugar, como: plantio de feijão, plantio de cana, construção de moenda, construção de casa de farinha etc, demonstrando que “... o acesso a terra pelo trabalho constitui-se como critério básico para definir a pertinência do grupo e a noção de comunidade.”⁹

Vale dizer que o relevo acidentado também interferiu na história da ocupação regional, os primeiros moradores ocuparam os platôs existentes.

- Sapatu

Três localidades - Sapatu, Cordas e Indaiatuba - formaram o bairro de Sapatu. Os primeiros moradores vieram de São Pedro e Ivaporunduva. Descendentes de Bernardo Furquim, já citado como um dos fundadores do bairro de São Pedro, mudaram-se para Sapatu comprando terras de José Júlio da Silva, comerciante da região.¹⁰

- Nhungara e André Lopes

Estes dois bairros vizinhos, além de possuírem estreitas relações de parentesco, têm origem

⁷ ITESP, 2000, p. 76.

⁸ ITESP, 2000, pp. 74-79.

⁹ ITESP, 2000, p. 80.

¹⁰ ITESP, 2000, pp. 80-81.

histórica comum.

O nome André Lopes vem da história do naufrágio do sargento-mor André Lopes de Azevedo, que morava em Xiririca, em 1764. Este mesmo nome foi dado a um morro onde está a famosa Caverna do Diabo, antiga Gruta da Tapagem.

O nome Nhungara significa "buraco de barro" e nomeia o rio onde se estabeleceu esta comunidade. Este nome ficou ligado ao pavor suscitado pelos estrondos que se ouvem nesta região.

Nhungara formou-se seguindo o padrão de ocupação corrente na região, ou seja, subir das margens dos afluentes do Ribeira - Bocó, Nhungara, André Lopes, São Pedro, Ivaporunduvinha, pelo *sertão adentro*, conforme depoimentos dos moradores. Os primeiros moradores do bairro são os Vieira, Dias e Maia, que por sua vez casaram-se com mulheres de Ivaporunduva. Alguns destes fundadores de Nhungara vieram de outros lugares, rio acima, no final do século XIX, como é o caso do tronco Morato de Almeida:

"Essas terras aqui, meu avô comprou de um homem chamado Miguel Antonio Jorge, no tempo da monarquia ainda. Meu avô, Américo Morato de Almeida, comprou duas curitibadas para fazer roça, em 1882. As terras de meu avô fizeram divisa onde encontrava os olhos. Para lá de Pedro, descia para um lugar onde tiravam ouro chamado Cata de Ouro, no Jerivá. Do Jerivá atravessa direto lá no Tenente, do Tenente pega essa serra de cá, bem lá em cima e cai aqui. Tudo isso era de meu avô, são 351 alqueires. Meu avô comprou esses 351 alqueires por 200 mil réis. Ele pagou com milho essas terras, ele vendia milho daqui, em Iguape a 60 centavos o saco; daqui a Iguape eram 15 dias de viagem de canoa, ele passava direto na Caiacanga para ir no porto."¹¹

Este depoimento tem sua riqueza porque conta, por meio da história de ocupação das terras de Nhungara por uma família negra do Vale do Ribeira, a própria história socioeconômica da região. Lá estão todos os ingredientes: o negro liberto, o comerciante, a monarquia, a agricultura, a paisagem do Vale do Ribeira, o valor da terra, a fazenda com senzala, o Porto de Iguape. Nota-se como a terra é indispensável fonte de riqueza para essa comunidade.

Se por um lado, as comunidades negras eram toleradas pelo poder local porque contribuíam para a economia da região produzindo grãos para abastecer o mercado interno, por outro geravam medo, desconfiança, sendo mesmo perseguidas pelas autoridades locais, que não viam com bons olhos o afluxo constante de negros libertos e fugidos, que subiam o rio Ribeira de Iguape, procurando encaixar-se no movimento de ocupação territorial quilombola em curso.

As perseguições aumentaram com o recrutamento militar para a Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870. Os *voluntários da pátria* eram recrutados à força. A classe dominante, escravagista, julgava adequado formar a massa do exército com homens de preferência solteiros, sem terras, negros, pardos e brancos, para os quais esta guerra não tinha o menor sentido. Os negros libertos eram caçados nas redondezas de Xiririca.

Informantes dos bairros de Nhungara e André Lopes contam que muitos negros se embrenharam no mato para fugir do recrutamento, aumentando a população destes povoados. A Caverna do Diabo serviu-lhes de refúgio, bem como para os que desertaram.

Constata-se, portanto, que a Guerra do Paraguai foi outro fator marcante na formação das comunidades quilombolas, inclusive dando o nome para famílias que se autodenominaram - Paraguaia, porque lutaram ou fugiram da guerra.

¹¹ ITESP, 2000, pp. 85.

Analisando depoimentos dos moradores destes dois bairros e documentos de Xiririca do século XIX, fica claro que os negros tinham uma posição social frágil, apesar da condição de libertos.¹²

- Pilões e Maria Rosa

Situado às margens do ribeirão dos Pilões, afluente do rio Ribeira de Iguape, o antigo povoado Porto de Pilões tem esse nome devido à presença na mata de um antigo pilão, e porque neste lugar desembarcavam as mercadorias para a fazenda Santana.

Segundo relato de Pedro Rodrigues, morador de Pilões, as origens do bairro estão ligadas aos escravos da Fazenda Santana, situada próxima ao bairro. Sua bisavó veio de Faxina (atual Itapeva) para Pilões, já encontrando aí moradores, escravos da Fazenda Santana.

Em 1678, quando os antepassados de Pedro Rodrigues chegaram a Pilões, fazendo um cálculo pelas idades de sua mãe, avó e bisavó, o lugar já estava ocupado. Os moradores de Pilões, como os de Maria Rosa, não sabem dizer quem eram os moradores que antecederam seus antepassados, os fundadores destas comunidades. Sabe-se, com certeza, que eram negros e que trabalhavam como mão-de-obra escrava.

Observou-se nestes bairros, que as relações de vizinhança foram fundamentais para a ocupação do território, além das relações de parentesco e das alianças por casamentos, já citadas. Muito provavelmente, as relações de vizinhança estabeleceram-se como uma forma de solidariedade - os primeiros moradores destes povoados acolhiam os escravos fugidos das fazendas e dos garimpos. Fugir da violência da escravidão foi, sem dúvida, o principal motivo para reprodução das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, processo este incrementado pela decadência dos ciclos do ouro e do arroz.

No laudo antropológico destes dois bairros, fica clara esta idéia: "A ocupação da região do ribeirão dos Pilões - assim como a das localidades de Nhungara, Ivaporunduva e Serra do Quilombo - tem dois momentos distintos: o primeiro dos quais marcado por extrema violência, não apenas derivada da atividade garimpeira, mas também decorrente da resistência negra à situação escravista, revelando-se em rebeliões, mortes, fugas e formação de quilombos - de onde se origina a toponímia do lugar -, Serra do Quilombo - certamente ocupada primariamente por negros, após a expulsão dos povos indígenas da região."¹³

Deste mesmo laudo consta documento da polícia de Iporanga, em 1863, pedindo providências à presidência da província para desalojar um quilombo no rio Pardo, que não foi transcrito aqui por ser muito longo e repetitivo. No entanto, é importante a análise do laudo antropológico sobre o mesmo: "Este documento revela algumas informações importantes sobre a dinâmica da ocupação dos negros fugidos e rebelados. Em primeiro lugar, ele se refere à fuga como ocorrência sistemática na região, tanto assim, que os seus senhores, delegando à polícia a tarefa de captura, não honravam os custos das operações, um dos motivos pelos quais solicitava-se reforço. Em segundo lugar, as tentativas de captura revelavam-se penosas e perigosas demais, devido às dificuldades de acesso aos lugares e ao risco iminente de violência. Em terceiro lugar, embora insulados em locais protegidos pela topografia das serras, vales e pelo perigo das fortes correntezas, os negros fugidos mantinham alianças com a população da região. Assim é que não poderiam ser utilizados os efetivos locais por serem estes conhecidos demais no lugar, correndo-se o risco de alertarem os negros aquilombados antes que as milícias os pudessem encontrar.

¹² ITESP, 2000, pp. 82-92.

¹³ ITESP, 2000, p. 98.

Relações derivadas de uma permanência relativamente contínua no local das quais se deveriam desdobrar laços de afinidade e casamento, tanto quanto econômicos e sociais."¹⁴

Maria Rosa está muito próxima de Pilões, às margens do mesmo ribeirão. A ocupação de Maria Rosa se dá nos mesmos moldes de Pilões. Segundo depoimento da moradora Benedita Dias da Costa, quando sua bisavó casou-se e veio morar em Maria Rosa, este lugar já estava ocupado por negros oriundos das fazendas da região, que produziam cachaça e farinha de mandioca com mão-de-obra escrava.

Outro morador de Maria Rosa, Renato Gomes do Nascimento, conta que "... neste tempo o amo comprava as pessoas e elas trabalhavam para ele como animais. Já tinha pagado uma vez, não pagava mais."¹⁵ O fato é que seus avós foram comprados em Itapeúna pelo senhor de terras Diogo de Moura, e trazidos para a região de Maria Rosa.

Pelos relatos dos moradores de Maria Rosa e de menções no Livro das Terras de Iporanga, sabe-se que neste lugar, mesmo antes da abolição, já havia uma comunidade de negros que não eram mais escravos, onde morou a mulher que deu nome ao lugar - Maria Rosa - contemporânea dos avós escravos de Renato Gomes do Nascimento.

Ainda segundo relatos dos moradores das duas comunidades, Pilões e Maria Rosa eram totalmente independentes da Fazenda de Santana, apesar de serem contemporâneas. Os moradores negros destes povoados trabalhavam na agricultura de subsistência podendo eventualmente vender o excedente, ao passo que na Fazenda Santana, os escravos trabalhavam na fabricação de aguardente de cana-de-açúcar. Esta simultaneidade, entre trabalho escravo e livre, caracteriza a ocupação do vale do Ribeira e sua história econômica.

Com a abolição, em 1888, alguns fazendeiros mudaram-se, deixando suas terras para os escravos libertos.

Com o declínio da mineração do ouro, Pilões e Maria Rosa começaram a produzir arroz, cujo excedente era vendido para os comerciantes locais, que subiam de canoa, a cavalo ou de mula até estas comunidades, trocando as sacas de arroz, milho, feijão e café, por produtos como, tecidos, sal e querosene. O arroz fornecido pelo Vale do Ribeira para o mercado interno foi, portanto, produzido não só pelas fazendas da região, mas também por inúmeros pequenos produtores, moradores das comunidades quilombolas.¹⁶

- Galvão

Esta comunidade é vizinha de São Pedro, possuindo a mesma origem, formada pelo mesmo grupo de parentesco.

A moradora do bairro Jovita Furquim de França conhece a história de seu bisavô - Bernardo Furquim - que vem a ser o mesmo escravo identificado como um dos fundadores de São Pedro. Jovita conseguiu reconstituir a história do lugar, que se mistura à história de seu bisavô, graças à longevidade de mulheres desta comunidade, que viveram mais de cem anos. Ela conta que "...Bernardo foi para o escravo com 12 anos de idade. Ficou 6 anos no escravo, quando formou uma ferida no ombro por carregar muita pedra. Ele fugiu com 18 anos de idade. Em 1954, eu vi duas mulheres idosas conversando sobre a fuga de Bernardo Furquim e seus companheiros do escravo. Eram eles Bernardo Furquim, Benedito Machado Santos e Antônio Machado dos Santos. Mulheres eram Rosa Machado dos Santos, Perpétua e Coadi. A Coadi era amante dele. Eles viajaram muitos dias pela mata e ao chegar na beira da ribeira, eles não conseguiram atravessar. Eles seguiram a mesma

¹⁴ ITESP, 2000, p. 99 e p.102.

¹⁵ ITESP, 2000, p.103.

¹⁶ ITESP, 2000, pp. 93-106.

margem. Ao chegar ao Pedro Cubas, eles encontraram um acampamento que já estava ali. Tomando conhecimento, era também um escravo, mas Bernardo e seus companheiros não quiseram ficar por ali. As mulheres estavam abatidas e os cavalos cansados. O homem disse a eles "se vocês andarem mais dois dias de viagem na mata, vocês encontrarão uma vargem muito bonita, já conheço lá. Tem um rio muito bonito e tem muito peixe conforme o que eu vi lá. Quando vocês cultivarem a terra, venham aqui buscar semente e muda de café". Assim, eles seguiram com mais coragem. Chegando na vargem, eles acamparam na beira do rio, viram que tinha peixe e resolveram fazer armadilha para caçar peixe porque não tinham mais alimento. Só tinham sal e gordura de carneiro para cozinhar palmito na panela de barro para se alimentar. Com peixe deu mais certo. Eles fizeram peneira, jequi e cesto de cipó para as mulheres caçarem peixe. Esse rio termina no Ivaporunduva. Enquanto as mulheres pescavam, eles roçavam e derrubavam a mata. Assim, eles conseguiram descortinar três alqueires de chão. Quando deu queima, eles foram buscar no Pedro Cubas as sementeiras: arroz, feijão, milho, café, cana, rama (mandioca), cará de espinho. Ali eles conseguiram se formar de todo o serviço de roça e também começou a nascer seus filhos. Parteira eram elas mesmas servindo uma à outra."¹⁷

Este depoimento dá uma idéia da movimentação da população negra no Vale do Ribeira, que tem início no final do século XVII e prossegue até o começo do século XX, responsável por parte do povoamento do Vale e pela formação das comunidades quilombolas. O relato confirma as características da ocupação territorial quilombola : posse da terra, agricultura de subsistência, alianças por casamento e alianças por vizinhança.

Segundo Jovita, seu bisavô Bernardo Furquim, foi um homem empreendedor conseguindo estabelecer na Barra de São Pedro, antigo nome de Galvão, uma máquina de farinha, uma roda d'água, um monjolo para pilar arroz e milho, e uma fábrica de aguardente. Conclui-se que, a esta infra-estrutura produtiva correspondeu uma produção agrícola superior às roças de subsistência dos primeiros tempos.

As informações, prestadas pelo escravo já estabelecido em Pedro Cubas, funcionaram como *bússola* para o grupo de Furquim, sinalizando-lhes um lugar para estabelecerem-se e oferecendo-lhes sementes para o início do plantio.

Os moradores desta comunidade apontam Bernardo Furquim como um dos grandes responsáveis pelo aumento populacional de São Pedro e Galvão, estabelecendo relações com várias mulheres, com as quais teve 24 filhos. Na segunda metade do século XIX, Bernardo Furquim batizou vários filhos.

O aumento populacional, de lugares com o mesmo tronco familiar, como é o caso de Galvão e São Pedro, foi possível graças ao casamento entre primos paralelos, cruzados e entre tios classificatórios e sobrinhos.¹⁸

- Pedro Cubas de Cima

Esta comunidade tem a mesma origem de Pedro Cubas, fundada por Gregório Marinho, escravo fugido da lendária fazenda Caiacanga. Propriedade de Miguel Antonio Jorge, esta fazenda possuía em torno de 300 escravos, extensas plantações de arroz e fábrica de aguardente. Sabe-se que desta propriedade fugiram muitos escravos, que foram *aquilombar-se* nas serras da região.

Segundo depoimentos dos moradores, desde o início do século XVIII, vários grupos de escravos fugidos foram ocupando diversos lugares que vieram a transformar-se em sítios e,

¹⁷ ITESP, 2000, RTC/Galvão, pp. 28-29.

¹⁸ ITESP, 2000, RTC/Galvão, pp. 26-37.

que por sua vez formaram este bairro. Os primeiros moradores iam cedendo terras para os que iam chegando.

Este tipo de implantação, já citada na formação de outras comunidades, acabou desenhando o espaço de alguns bairros quilombolas, formados por um conjunto de sítios que correspondem, cada qual, ao lugar de moradia de um tronco familiar. As famílias formadoras deste quilombo, além dos seus sítios, tinham áreas coletivas, como as nascentes do rio Pedro Cubas. Observa-se pela implantação deste lugar, que sua origem pode ter sido a de um *esconderijo*, confirmando os relatos que quando os escravos fugidos chegaram a esta região, subiram até as cabeceiras do rio Pedro Cubas, no córrego Braço Grande, porque aí se sentiam mais seguros.

Os moradores de Pedro Cubas de Cima relatam que seus antepassados eram contratados para carregar mercadorias por um caminho que começava no rio Ribeira, passando por Santa Catarina, centro da comunidade Pedro Cubas, por Pedro Cubas de Cima e subindo por uma trilha a serra de Paranapiacaba, até alcançar o planalto de São Paulo.¹⁹

- Praia Grande

Esta comunidade foi fundada por escravos fugidos das mineradoras de ouro da região, por volta de 1863. As primeiras famílias que chegaram à Praia Grande e João Surra foram os Corimbas e os Mouras, ocupando terras devolutas. Os Mouras eram escravos do Capitão José de Moura Rolim, de Iporanga; e os Corimbas vieram fugindo de uma diligência policial desde Iguape, escondendo-se em Iporanga, até se estabelecerem na Praia Grande.

No histórico de ocupação das áreas e formação das comunidades vê-se que fugir da violência é uma característica constante. Antes da Abolição, escravos fugidos do trabalho das fazendas e do recrutamento para a Guerra do Paraguai foram estabelecer-se na Praia Grande, aumentando sua população. Foram feitos casamentos para impedir que os homens fossem recrutados para a guerra, como conta o depoimento de Pedro Pereira da Silva : "... ela veio de Iporanga, vivia na fazenda lá. Era moça pequena, nova e conhecia o Joaquim. Ele não queria ir para a Guerra porque eles estavam pegando pessoas no bairro de Praia Grande pra ir pra Guerra do Paraguai. Então ele casou com a avó, pra não ir pra guerra." ²⁰

É interessante observar que no Bairro de Praia Grande, existe uma referência à memória das famílias Moura e Corimba que antecede a senzala, relatada à antropóloga Patrícia S. dos Santos, que realizou o laudo antropológico deste bairro para o RTC do ITESP.

"Nas pesquisas que fiz sobre a palavra Corimba encontrei referência dela como o nome do bairro sede da província de Luanda em Angola/África. Nos registros de massa de população existem muitas referências a escravos vindos da Nação de Luanda, como era conhecida essa ilha. Benedito Celestino de Moura nos conta como duas famílias chegaram ao Brasil.

(Benedito) - Quando foi o tempo dos escravos, ôôô (sic) sei que lá Alves, foi lá no... como é o nome?

(Patrícia) - Alves, Alves quem era o Alves.

(Benedito) - Sei que lá de Alves.

(Patrícia) - Era uma fazenda de um cara chamado Alves.

¹⁹ ITESP, 2003, RTC/Pedro Cubas de Cima, pp. 17-22.

²⁰ ITESP, 2002, RTC/Praia Grande, p. 28.

(Benedito) - Não sei, deixa eu lembrar. Ó... Na África, foi lá que comprou, naquele tempo trazia o pessoal de navio.

(Patrícia) - Ah, esse Alves foi na África...

(Benedito) - É foi na África e comprou os escravos - Se vê, é coisa que deixa meio revoltado a Nação raba, quer dizer rabeira fica até meio revoltado... Então aquela família que veio de lá, daquela parte, lá na África, então veio de lá e trouxeram. Então tinha um tal de Capitão Moura que era chefe daquela negrada. Era um homem muito beleza né, muito bom e não maltratava os escravos dele. Esse fulano Alves dividiu aquele monte de escravos com ele e trouxe um outro tanto pro Capitão Moura. Bom, o Capitão Moura ficou com aquela turma ali, que ficou com ele, também comprava, só que aquele nome naquele tempo. É como o cumpadre Messias, família Corimba, família não sei que lá é que aquele não aceitava a descendência dele.

Nesse relato Benedito Celestino de Moura afirma que eles vieram da África. A nação dele não tinha nome enquanto que a outra nação se chamava Corimba. Dessa forma o nome Corimba, provavelmente, se refere ao lugarejo de Angola de onde essas populações foram trazidas para o Brasil.²¹

Esta informação tem grande importância por ser única. Tanto na revisão bibliográfica como na pesquisa de campo, não foi possível obter nenhum outro relato que remetesse à origem das populações negras do Vale do Ribeira, anterior à memória das senzalas, garimpos e fazendas.

Após a Abolição da escravidão, chegaram mais moradores à Praia Grande. O aumento populacional prosseguiu com os casamentos e com a adoção de crianças órfãs.²²

- Porto Velho

O nome Porto Velho vem do uso deste lugar para desembarque de mercadorias e escravos, nos séculos XVIII e XIX. Devido à existência de cachoeiras rio acima, o transporte de mercadorias e escravos para Apiaí e Sorocaba era feito de canoa até Porto Velho, e daí em diante a pé, a cavalo ou no lombo de burro.

Porto Velho existe desde 1860 e seus primeiros habitantes eram escravos originários da fazenda Porto, de Dona Martinha Dias Batista. Esta senhora era herdeira, assim como seus irmãos, das fazendas da família Rosa. Com a decadência do ciclo do ouro no início do século XIX, e devido à subdivisão por herança dos imóveis e plantéis de escravos desta família na região de Porto Velho, originaram-se várias localidades de população negra. Este conjunto de povoados de escravos libertos deve-se, também, às suas ligações de parentesco, uma vez que estavam anteriormente reunidos no mesmo plantel.

Os povoados de Anta Gorda, Dourada, Mamona, Córrego do Mono, Rio da Claudia e Porto Velho ocuparam terras doadas por seus senhores, abandonadas devido à decadência do ouro, ou ainda desocupadas. A mineração do ouro foi substituída pela cultura da cana-de-úúcar e pela agricultura de subsistência.

Os caminhos que partiam de Porto Velho em direção ao planalto foram intensamente usados pelos tropeiros até o início do século XX, marcando o tipo de vida desta comunidade. Estes caminhos antigos são até hoje utilizados pelos moradores de Porto Velho.

²¹ ITESP, 2002, RTC/Praia Grande pp. 32-33.

²² ITESP, 2002, RTC/ Praia Grande pp. 23-44.

Faz parte do território de Porto Velho um cemitério onde eram enterrados seus habitantes até 1986. Segundo pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo este cemitério está assentado sobre um antigo cemitério indígena.²³

- Bombas

Este bairro divide-se em duas comunidades, Bombas de Baixo e Bombas de Cima, que têm origens distintas, e, no entanto se reconhecem como um único bairro.

Bombas de Baixo foi ocupada pela família Furquim, que teria vindo de Lageado e pela família Almeida, do Gurutuva (área próxima do quilombo Cangume), mas quando essas famílias chegaram já havia moradores neste lugar.

Aproximadamente, em 1910, chegou a Bombas Celestino Muniz, não se sabe se da região de Itapeva ou de Minas Gerais, e Ângela Ursulino de Freitas, filha de escravos, vinda de um lugar chamado Baú. Celestino e Ângela se juntaram, tiveram filhos desta união e de outras e povoaram esta comunidade, ao mesmo tempo em que iam morrendo os Furquim e os Almeida.

O morador mais antigo de Bombas de Cima - Chico Teixeira - veio de Itapeva, aproximadamente em 1920. Para trabalhar com ele por dia, como *camaradas*, chegaram famílias vindas das comunidades João Surra, Praia Grande e Porto Velho que ocuparam terras e passaram a trabalhar com a agricultura de subsistência.²⁴

- Demais Comunidades

As comunidades de Castelhanos, Abobral, Bananal Pequeno, Boa Esperança (Batatal), Reginaldo, Terra Seca, Ribeirão Grande e Cedro são apontadas para identificação pelo ITESP, e não temos referências históricas sobre sua formação.

Conseguiram-se algumas informações sobre a formação do bairro de Poças, que também está sendo apontado para identificação na pesquisa de campo. A Sra. Neila, esposa de Gilmar dos Santos Marinho, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro de Poças, relatou que sua avó já nasceu neste lugar, fazendo parte da família Marinho, de Ivaporunduva. A família paterna veio de Nhungara.

O RTC - Relatório Técnico Científico do bairro de Cangume está sendo finalizado por equipe técnica do ITESP, o que possibilitará saber como se deu a ocupação deste quilombo.

Analisando o histórico de ocupação do conjunto das áreas que resultaram nos atuais bairros quilombolas, encontram-se muitas características comuns na origem e formação destes bairros, e algumas específicas, sobressaindo-se à sobreposição entre a história socioeconômica do Vale do Ribeira e a história da ocupação e formação das comunidades negras. Fica claro que se trata de uma história de ocupação territorial violenta, onde ocupar a terra, em processo de fuga, ou herdando *os restos* das propriedades e infra-estrutura sucateadas pelo declínio do ciclo do ouro e pela Abolição da escravidão, foi indispensável para viabilizar não só a sobrevivência física dos integrantes destas comunidades como, constituir sua identidade enquanto comunidades negras -, de pequenos produtores que se auto-reconhecem de forma distinta das outras povoações do Vale do Ribeira, e se vêem como herdeiros de um movimento característico do Vale do Ribeira, de natureza territorial, contra a escravidão no Brasil.

Quando se estuda a história de ocupação territorial das comunidades quilombolas do Vale

²³ ITESP, 2003, RTC/Porto Velho, pp. 23-35.

²⁴ ITESP, 2003, RTC/Bombas, pp. 39-45.

do Ribeira, faz sentido a edição do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, que se julga ser oportuno re-transcrever aqui: "Aos remanescentes das Comunidades dos Quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos."

Na verdade, trata-se de uma lei compensatória, onde o Estado Brasileiro propõe pagamento, emitindo títulos das terras que já são destas comunidades por direito, na tentativa de indenizar uma dívida alta com as comunidades quilombolas, dívida esta que principia com seus antepassados, que foram desterrados e escravizados, chegando até os dias de hoje, quando se constata que o Estado, por descaso e racismo, manteve essas comunidades isoladas, até bem recentemente.

b) Atividades Econômicas das Comunidades Quilombolas

"Chama-se porto dos Pilões porque existia muitos buracos nas pedras de rio igual a um pilão. Assim dizem os povos mais antigos, pois hoje não existe mais. Em 1678 mais ou menos (calculado pelo informante a partir das idades presumidas de sua avó e bisavó ao morrerem, 115 e 131 anos, respectivamente) quem morava aqui era o senhor Lino e sua mulher dona Quentim. Dona Quentim foi a primeira parteira da região e mais tarde ficou conhecida como mãe Quentim, pois era a mãe mais velha da região. Assim foi formado um povoado de muitos moradores, mais até mesmo do que hoje. O povo trabalhava com lavoura como o milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar; engordavam porco e levavam para vender em Faxina, que é hoje Itapeva, gastavam até quinze dias de viagem tocando porco, levavam cargueiro de mantimentos e "virado" para comer na viagem; outros levavam rapadura, melão, doce de laranja e de gengibre para vender em Capão Bonito, onde trocavam por queijo e tecido.

Os moradores não usavam nem sapato nem remédio de farmácia, seus remédios eram raízes e ervas. Curavam também, mordida de cobra com simpatia, como existe até hoje. O meio de transporte era a canoa, a cavalo ou a pé, era muito precário, gastava até dois dias de viagem para chegar até a vila (Iporanga).

Hoje o bairro tem menos gente do que naquela época, pois saíram muitas pessoas para a cidade à procura de emprego, a maioria foi plantar tomate. De pouco a pouco está se levantando o bairro novamente, mas acho que não mudou nada, pois continuam as mesmas famílias, não tem ninguém de fora."

Relato de Pedro Rodrigues, morador de Pilões, em 1991.²⁵

Foi visto que, desde o século XVII, participando inicialmente da história econômica do Vale do Ribeira na condição de mão-de-obra escrava, depois como negros fugidos, libertos ou, deixados para trás por seus senhores, famílias afro-brasileiras ocuparam terras do Vale do Ribeira como camponeses livres. Sabe-se que algumas destas ocupações territoriais transformaram-se nos bairros quilombolas.

Essas comunidades, desde a chegada dos primeiros habitantes, dedicaram-se à agricultura de subsistência, utilizando a mão-de-obra familiar. As comunidades quilombolas vêem a terra como "... valor-de-uso, meio-de-produção e matéria-prima, jamais como valor-de-troca, quer dizer, jamais enquanto bem passível de comercialização."²⁶ Tanto que as vendas de terras quilombolas nas últimas décadas do século passado foram experiências desastrosas.

²⁵ ITESP, 2000, p. 93-94.

²⁶ ITESP, 2000, p. 120.

As unidades familiares negras camponesas, formadas no Brasil Colonial, Imperial e depois no Estado Nacional, nesta região do Vale do Ribeira, praticaram uma agricultura de subsistência cujos excedentes, até a construção da estrada Eldorado / Iporanga na década de 60 do século XX, eram comercializados via rio Ribeira de Iguape, captados pelos armazéns situados às margens deste rio, depois encaminhados para o porto de Iguape, que por sua vez distribuía esta produção para o mercado interno. O fato de produzir excedente não desarticulou a economia de subsistência, pelo menos até a introdução do extrativismo do palmito, em 1950, dada a necessidade de manter-se uma produção necessária ao consumo da unidade familiar.

Sabe-se, pelos relatos dos moradores dos bairros quilombolas, que a constituição de unidades familiares produtivas existe desde a fundação dessas comunidades. O produto do trabalho familiar era a única forma de renda da família, não havendo, portanto, a possibilidade de lucro. O excedente era comercializado nos armazéns da região, sob forma de troca, possibilitando o acesso a bens de consumo industrializados, não ocorrendo na maioria das vezes a circulação de moeda.

Para ter lucro e poder comprar terras ou cabeças de gado, enfim, bens altamente valorizados pelo mercado que não eram encontrados na natureza, como é o caso de uma casa de farinha, era necessário que a unidade familiar fosse numerosa. Este parece ter sido o caso do tronco familiar Furquim, em São Pedro e Galvão, que conseguiu construir uma estrutura produtiva para beneficiar a cana-de-açúcar, comercializando aguardente na região.

Nas comunidades quilombolas a unidade produtiva básica (desde sua fundação) é a família nuclear ampliando-se para o tronco familiar e, em situações que exigem mais mão-de-obra, como é o caso de derrubada de mata, construção de casas etc, realizavam-se mutirões dos quais participavam parentes e vizinhos.

A relação entre a forma de produção e a organização social nas comunidades quilombolas determinou o que se chama de *territorialidade tradicional*, conceito antropológico utilizado amplamente nos laudos do ITESP. Este conceito se traduz por: "Produção de bens materiais e produção de significados sociais que se entrelaçam, interdependentes e mutuamente determinantes, permitindo a exploração de recursos naturais e a concomitante produção da vida social de forma relativamente autônoma frente à economia e às relações sociais características do Estado-Nação brasileiro."²⁷ Na verdade, a *territorialidade tradicional* nada mais é do que uma *blindagem*, que foi sendo produzida pelas comunidades quilombolas de forma estrutural, desde os primórdios da ocupação dos sítios como contrapartida ao universo segmentado e violento da propriedade privada, do trabalho escravo, do espaço promíscuo da senzala, da produção totalmente voltada para a comercialização e para o lucro. Provavelmente, além da recusa em reproduzir o *modus operandi* da estrutura produtiva colonial da qual haviam fugido, deve ter existido na época da formação destas comunidades lembranças dos sistemas produtivos e sociais africanos.

Estas comunidades quilombolas *tradicionais* conseguiram manter uma certa autonomia em seu processo produtivo, nas suas relações sociais, face à economia colonial/imperial/nacional, reproduzindo-se com suas características específicas enquanto pareciam invisíveis para a sociedade envolvente. O fato das comunidades quilombolas serem compostas por pequenos produtores parece ter sido fundamental para sua continuidade enquanto tal, porque os pequenos produtores formam uma categoria com largo espectro de sobrevivência, mutação e resistência com relação à economia capitalista. No entanto, estas comunidades *tradicionais* apresentarão grande resistência à modernização da agricultura, às inovações no setor agro-pecuário, aos empreendimentos econômicos.

²⁷ ITESP, 2000, p. 124.

A economia tradicional estruturou-se pensando na reprodução dos seus membros e não na acumulação de bens e de lucro, preocupada em preservar um modo de vida e os recursos naturais de seu território, necessários à sua sobrevivência.

A agricultura tradicional era realizada no sistema de coivara, na época da seca, a uma certa distância das casas. A roça era aberta em local de mata fechada, com aproximadamente um hectare. O chefe da unidade familiar escolhia o local, determinava seus limites e coordenava as etapas de trabalho, a saber: derrubada da vegetação mais baixa; juntar esta vegetação e deixar para secar; derrubada das árvores maiores; queima dos troncos maiores e da vegetação que ficou para secar; plantio da roça. Nas roças tradicionais plantava-se em primeiro lugar o arroz, em seguida o milho, o feijão, podendo aliar-se o plantio de cana-de-açúcar, abacaxi. Depois de aproximadamente três anos de plantio consecutivo a roça era colocada em descanso, que podia durar de três a doze anos, formando a "capuava", que nada mais é que o crescimento de uma cobertura vegetal, necessária à recomposição daquele solo. Em vários bairros quilombolas as roças ainda são plantadas de forma tradicional, apesar das dificuldades em obter aprovação dos parques para derrubada e queimada, proibição que causa revolta nos quilombolas, uma vez que eles têm consciência que contribuíram de forma definitiva para a preservação da Mata Atlântica, nesta região do Vale do Ribeira.

Os técnicos do ITESP que prestam assessoria nos bairros quilombolas e os antropólogos que realizaram os laudos para este mesmo órgão são unânimes em constatar o grau de conhecimento que os moradores destes bairros têm da Mata Atlântica. Como exemplo, o texto: "Exímios conhecedores das matas e da topografia locais, os habitantes dos bairros negros exibem capacidade de distinguir, à distância, um trecho de *capuava* dentro da vegetação primária da Mata Atlântica, mesmo em casos de floresta da mesma altura, através da coloração das folhas, grau de homogeneidade da cobertura e pela presença ou ausência de determinadas espécies características das matas primária e secundária." ²⁸

Além dos produtos agrícolas citados, são plantados nas comunidades: a mandioca, a batata doce, o cará, o maracujá, a mexerica, várias hortaliças, produtos silvestres como o gengibre, produtos como a taquara e o sapé. São criados animais de pequeno porte, basicamente galinhas e porcos. Os moradores praticam a pesca nos afluentes do Ribeira que estão próximos das comunidades. A banana é uma economia complexa, porque depende de transporte, de tratamento para retardar seu amadurecimento, de remédio para pragas, ou seja, depende de investimentos, quase impossíveis para as unidades familiares das comunidades quilombolas, embora existam algumas áreas plantadas cuja produção é comercializada dentro e fora da região, como é o caso da produção de banana orgânica de Ivaporunduva.

A agricultura tradicional das comunidades quilombolas manteve-se inalterada até a metade do século passado, apesar da decadência da cultura do arroz. A partir de 1930, ocorre uma importante mudança na economia do Vale do Ribeira, com a introdução do plantio da banana, que só terá repercussões nas comunidades quilombolas cinquenta anos depois, quando os bananicultores mostraram interesse em comprar o excedente dos pequenos produtores destas comunidades.

Na metade do século passado, foi introduzida na região do Vale a extração do palmito juçara, que, imediatamente, mobilizou os quilombolas. A extração do palmito alterou sensivelmente a economia tradicional destes bairros, passando a ser necessário comprar gêneros de primeira necessidade que antes eram produzidos pelas unidades familiares.

Com sua economia tradicional modificada, os bairros quilombolas passaram a funcionar de

²⁸ ITESP, 2000, p. 130.

outra maneira. Juntou-se à economia agrícola (de subsistência e produção de excedentes), a atividade extrativa do palmito, realizada clandestinamente na maior parte da região e o trabalho assalariado, passando a prover juntos os recursos necessários para assegurar os produtos básicos, que eventualmente pararam de ser plantados em função do plantio da banana e da extração do palmito, e a aquisição de bens produzidos fora da região.

A extração do palmito em grande quantidade, até sua proibição, causou impacto sobre a mata porque se derruba a árvore inteira para utilizar só uma parte, abrem-se caminhos na mata para procurar o produto; além disso, não houve um plano de manejo. No início deste ciclo econômico o produto era vendido *in natura*, por dúzia, não importando o tamanho da peça. Foram abertas várias indústrias nos municípios de Eldorado, Iguape, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu e Registro. Atualmente, devido à ilegalidade, o beneficiamento é feito de forma clandestina, em estruturas produtivas domésticas, precárias, com qualidade sanitária inferior à das indústrias que havia na região, fechadas devido à proibição da extração do palmito na Mata Atlântica. A extração do palmito tornou-se ilegal pela Lei n. 4.771 de 15/09/1965, sendo que o extrator pode ser indiciado por furto.

A partir de 1950, o Estado inicia uma política de criação de parques com perfil de unidades de conservação, essa política entra em choque com a forma tradicional de praticar agricultura de subsistência dos quilombolas, além de impedir a extração e comercialização do palmito, uma das fontes de renda de algumas famílias quilombolas. Os parques criados são os seguintes:

- ✓ **PETAR** - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. Criado em 1958, com 35.884 hectares, é administrado pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo.
- ✓ **Parque Estadual Carlos Botelho** - Criado em 1982, com 37.664 hectares. Administrado pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo.
- ✓ **Parque Estadual de Jacupiranga** - Criado por decreto-lei estadual em 1969, com 150.000 hectares, é administrado pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo.
- ✓ **Parque Estadual de Intervales** - Criado por decreto estadual em 1995, com 46.086 hectares, administrado pela Fundação Florestal.

A relação dos moradores dos bairros quilombolas com os parques é conflitante. Para eles os agentes florestais passaram a ser agentes de repressão. Para haver manejo dentro de áreas de proteção ambiental, é necessário ter uma licença expedida pelo órgão estadual licenciador, sendo que, o requerente precisa apresentar título de propriedade da área a ser desmatada. Como nem todos os bairros quilombolas têm sua situação fundiária resolvida, e como existe polêmica a respeito da sobreposição de terras quilombolas com os limites dos parques, tornou-se custoso manter a prática tradicional das comunidades quilombolas de rodízio das terras cultivadas, em que procediam à derrubada, queima, plantio e descanso das roças. O ITESP tem procurado ser um mediador entre bairros quilombolas e as administrações dos parques para providenciar licença para abertura de novas roças nos bairros. O depoimento a seguir expõe o conflito:

"Aqui não pode fazer roça grande para sobreviver porque o florestal dá muita multa grande, a gente já tem medo, então não faz. A gente faz em pedacinho já escondidinho. Aqui tudo planta pouquinho por isso. Tamos no meio do mato e temos medo de trabalhar. Nossa situação não é boa, se nós trabalha nós somos multados, processados. Eu desejava uma reportagem no nosso bairro pra falar. O florestal multou uma roça na localidade Capuavinha. Uma outra roça de Benedito Martim dos Santos, fica no Poço

Grande (prá cá da balsa, subindo pros Pilões), foi multada também. Eles tiram foto aérea, localizam as roças, vão nos locais e multam os donos."²⁹

O texto abaixo situa de forma precisa esta problemática:

"Empurrados para o interior da mata atlântica desde o início da ocupação econômica do Brasil pela Coroa portuguesa (Dean 1996), as comunidades tradicionais do vale do rio Ribeira de Iguape tornaram-se ao longo destes quase quinhentos anos parte da história da floresta, alterando-a de maneira definitiva, de forma que a biodiversidade apresentada por ela hoje em dia é, como lembra McNeely (1993), o resultado de complexas interações históricas entre forças físicas, biológicas e sociais, e não uma parte do passado pré humano intocado do planeta. O impedimento imposto às comunidades negras de Maria Rosa, Pilões, Ivaporunduva, São Pedro, Nhungara, Sapatu e André Lopes bem como as demais que habitam o vale do rio Ribeira do Iguape, de exercerem o manejo tradicional dos recursos naturais renováveis em seus territórios contribui para o empobrecimento da biodiversidade da mata."³⁰

Vale lembrar aqui, que a forma de cultivo praticada há mais de 100 anos pelos quilombolas contribuiu para a conservação da maior extensão de Mata Atlântica contínua existente no país.

O Parque Intervales sobrepunha-se a parte das áreas de Ivaporunduva, Pilões, Maria Rosa, São Pedro e Pedro Cubas, questão resolvida pelo decreto n° 44.293. Da mesma forma, o Parque Jacupiranga sobrepunha-se a parte de áreas de André Lopes, Sapatu e Nhungara, questão por sua vez resolvida pela lei 10850 de 06/06/2001.

Houve ainda, na metade do século XX, a introdução de outro componente de desagregação da vida tradicional das comunidades negras do Vale do Ribeira - a construção da estrada que liga Eldorado a Iporanga. A estrada aumentou a extração predatória do palmito na região, devido à facilitação do transporte; desmontou a fabricação artesanal de aguardente feita em alguns bairros quilombolas, introduzindo o produto industrial; trouxe uma infinidade de bens de consumo antes não comercializados pelos armazéns da região; introduziu o trabalho assalariado por mês e a venda de mão-de-obra por dia, desmontando as unidades produtivas familiares tradicionais etc. Nos relatos dos moradores dos bairros quilombolas, começam a aparecer parentes que trabalham como pedreiro, empregada doméstica, servente, empregado de produtor de banana, peão, após a década de 60 do século passado. Nos últimos anos foram introduzidos outros tipos de fonte de renda nos bairros quilombolas: a aposentadoria dos idosos, cujo processo de desembaraço burocrático é atribuição do ITESP, a abertura de barzinhos e vendas dentro dos bairros, e o ecoturismo.

O ecoturismo vem se desenvolvendo na região, apresentando-se como opção econômica para o Vale, trazendo turistas interessados no turismo de aventura, atraídos pela riqueza das formações espeleológicas da região - as cavernas, pelos rios e cachoeiras, pela Mata Atlântica. Algumas comunidades quilombolas aderiram a esta opção econômica, buscando tanto trabalho por dia, como é o caso de guias que trabalham para pousadas, ou tentando estruturar-se para receber grupos de turistas nas suas comunidades, promovendo passeios para cachoeiras e trilhas na mata.

Os projetos de barragens no rio Ribeira de Iguape, nos últimos 20 anos, também impactaram a vida tradicional dos bairros quilombolas, e serão tratados quando abordarmos as lutas políticas destas comunidades.

²⁹ ITESP, 2000, p. 134.

³⁰ ITESP, 2000, p. 140.

c) Organização Social e Manifestações Culturais das Comunidades Quilombolas

A bibliografia demonstra que antes mesmo que os quilombolas se interessassem da existência do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, e de tudo que implica o seu reconhecimento como remanescentes de quilombo, já transmitiam uma maneira de ser específica de comunidade rural negra do Vale do Ribeira. Esta impressão foi registrada pelo antropólogo Renato S. Queiroz, em 1983:

“A bibliografia especializada que trata da vida socioeconômica e cultural em comunidades rurais paulistas conta com trabalhos de excelente nível. A título de exemplo, é suficiente mencionar aqui as obras de Antonio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz que retratam com precisão e sensibilidade o modo de vida característico das populações caipiras em São Paulo, categoria praticamente em extinção. Estes trabalhos mostram que os bairros rurais alcançavam um mínimo de integração graças às relações de parentesco e vizinhança que vinculavam e aproximavam seus habitantes, além da participação de todos nas festas e nos trabalhos cooperativos que tinham lugar em cada bairro. Resultava disso tudo uma espécie de "sentimento de pertinência", isto é, uma consciência desenvolvida pelos moradores de que pertenciam a um bairro específico. Todavia, a integração assim obtida era precária, relativamente instável, sendo freqüentes os deslocamentos de famílias inteiras de um bairro para outro, vizinhos ou não. Em Ivaporunduva, identifiquei todos estes mecanismos de integração. Mas acredito ter apreendido mais um, que normalmente não se encontra em núcleos semelhantes já estudados: a cor, critério de mútua identificação, fator de integração mais profunda e de solidariedade maior entre seus componentes, fonte de identidade do bairro.”³¹

Este relatório inclui um resumo da formação dos bairros quilombolas. No momento é importante mostrar que cada bairro é formado por um conjunto de sítios, cujos moradores se reconhecem entre si como vizinhos e habitantes do mesmo bairro. Os sítios recebem nomes de acidentes geográficos (por exemplo, Serra da Lapinha, em Pilões), ou nomes de pessoas ou famílias (por exemplo, Penteado, em Pedro Cubas). Em cada bairro os moradores apontam qual ou quais sítios são ocupação original do bairro, correspondendo à família ou famílias fundadoras do bairro. Alguns sítios desapareceram, no entanto, os moradores dos bairros apontam alguns dos seus vestígios, no meio do mato.

O sítio que leva o nome do bairro difere dos outros do mesmo bairro, porque congrega no espaço que lhe é atribuído pela comunidade, a igreja, a escola municipal, o campo de futebol, o posto de saúde, e um número maior de casas. Este sítio é reconhecido pelos moradores do bairro como unidade geo-política, relacionando-se com o centro administrativo do seu município (Eldorado ou Iporanga). As relações de parentesco e de vizinhança formam uma *teia* de relações sociais que, consensualmente, estabelecem o uso da terra, dos equipamentos públicos, dos recursos naturais do bairro, construindo o uso coletivo de um território que é compreendido por seus moradores nas instâncias política, geográfica e cultural.

As relações sociais entre os vários sítios de um mesmo bairro reproduzem-se, numa escala maior, nas relações entre bairros vizinhos, principalmente naqueles que têm uma origem comum, como é o caso de Pilões e Maria Rosa. O alto grau de relações sociais entre esses dois bairros faz com que membros desta comunidade, por meio dos casamentos, tenham acesso aos recursos naturais dos dois bairros, como também aos seus equipamentos públicos. No laudo antropológico do ITESP chegou-se a dados concretos sobre os casamentos destes bairros. “É certo também que Pilões e Maria Rosa mantêm relações desde há cerca de quatro gerações, isto é, até onde a memória dos informantes pode alcançar. Há ainda a proximidade entre bairros a incentivar o intercâmbio e a sociabilidade

³¹ S. Queiroz, 1983, p. 30-31.

entre seus membros. Mas não apenas isso. Esta proximidade concretiza-se, torna-se 'social', mediante o estabelecimento de relações de aliança matrimonial, contrapartida, em nível de parentesco, das relações de solidariedade presentes em outros níveis. Assim, é digno de nota com relação a Pilões e Maria Rosa não apenas que o índice de "endogamia"- pensando ambos bairros como uma unidade social inclusiva, como supra referido - seja de 64,8%, ou seja, quase dois terços do total de casamentos realizados para os quais se obteve dados sobre a procedência de ambos cônjuges, mas ainda o fato, em si mesmo singular, que 19,1% dos casamentos, contra 17,1% de casamentos de membros de ambos os bairros com "gente de fora", sejam contraídos com moradores de cidades próximas e da cidade de São Paulo, além de cidades mais distantes, como Sorocaba e Itu.³²

No caso dos casamentos entre bairros quilombolas mais distantes, as novas famílias constituídas, pelo menos teoricamente, ampliam suas possibilidades de acesso a terra. Constatou-se que o padrão de moradia após o casamento, seja entre sítios do mesmo bairro, em bairros próximos ou bairros distantes, é a do casal morar perto dos pais da noiva, apontando para o fortalecimento econômico da família da noiva uma vez que os genros passam a ajudar seus sogros. A 'uxorilocalidade de bairro'³³ é uma característica da reprodução social destas comunidades no Vale do Ribeira, propiciando alternativas fundiárias para os rapazes solteiros, além de formar laços de parentesco e aliança política entre os bairros quilombolas. Atualmente, esta uxorilocalidade atende à falta crescente de terras na região, ocasionada pelas unidades de conservação, pelo avanço das propriedades privadas, sejam fazendas de gado ou bananais, que também são os causadores da migração dos jovens para cidades mais distantes.

As alianças matrimoniais intersítios próximos são, nitidamente, uma estratégia de reprodução social forte, uma vez que possibilita o controle de recursos naturais e territoriais para um mesmo grupo doméstico, além de fortalecer suas relações econômicas. A "troca de dias", além do trabalho realizado pela unidade familiar e do mutirão, aparece nos bairros quilombolas como uma forma de trabalho realizada por grupos formados por parentesco e vizinhança, que além do seu caráter produtivo, renovam a solidariedade entre grupos, através das gerações. A importância das relações sociais faz com que esses grupos de "troca de dias" possam ampliar-se com a entrada de amigos, compadres e parentes de parentes, de maneira que todos acabam virando parentes. Esta é uma característica forte na organização social dos bairros quilombolas, porque demonstra que a 'condição de parente' é dada socialmente, por inclusão no grupo.

Conclui-se que para um morador do bairro, ou de fora, ter acesso ao território do bairro, pensado em sua totalidade - terra para plantar, acesso aos recursos naturais, ao "centrinho" onde estão os equipamentos públicos etc, ao invés de comprar um pedaço de terra, o aspirante deve estabelecer algum vínculo, seja consanguíneo ou de aliança, com uma família já estabelecida no bairro.

As relações de reciprocidade das parentelas, presentes em todos os níveis da vida social do bairro quilombola, mas principalmente nos grupos domésticos, auxiliam os parentes que estão em situação econômica difícil.

A característica estrutural da organização social destas comunidades é sua identificação como comunidades negras - *a origem de tudo*. Essa característica tem desdobramentos internos e externos, nas relações destas comunidades com a sociedade envolvente, distintos e conflitantes. É importante dizer que, no seio destas comunidades não existe nenhuma regra que restrinja o acesso de moradores, haja vista a presença de brancos, mulatos, cafuzos e morenos na população destes bairros.

³² ITESP, 2000, p.146.

³³ ITESP, 2000, p.147.

Para as pessoas **de fora** dos bairros, sua identificação forçosamente acaba passando por idéias generalizantes estabelecidas por nossa sociedade, como: 'ser negro é ser atrasado', 'miserável', 'da roça', 'fala enrolado', 'ignorante' etc. É dessa forma que a grande maioria dos moradores da região vê os moradores dos bairros quilombolas ainda hoje, vendo-os como os *outros*. Desta forma, os bairros quilombolas são grupos étnicos, inseridos numa sociedade multi-étnica, reconhecidos não por suas características sócio-culturais ou por sua resistência histórica ao período colonial e imperial, mas porque a sociedade nacional ideologicamente, de forma sub-reptícia, agrega valores culturais negativos às pessoas de cor negra.

O relativo isolamento em que viveram estes bairros, até praticamente a construção da estrada que liga Eldorado a Iporanga, na década de 60 do século passado, deve-se em parte à cor dos seus moradores, ou seja, ao preconceito racial com o qual a sociedade envolvente os tratou, fazendo com que, para protegerem-se, prosseguissem *tocaiados* no mato, como seus antepassados.

Internamente, a questão racial constitui a identidade sócio-cultural destas comunidades, sendo contraponto ao modo de vida nas cidades, valorizando as atividades produtivas coletivas ao invés das relações econômicas capitalistas, onde o lucro sobrepõe-se à solidariedade, impondo-se como movimento político contra a construção das barragens, lutando pela regularização fundiária de suas terras etc., sendo a cor negra utilizada como agente político, alinhando-se ao conceito contemporâneo de negritude.

Vale observar que quase inexistem traços da cultura africana na vida social dos quilombolas. Essa *dissonância* já havia sido observada pelo antropólogo Renato S. Queiroz, em 1977. Os vestígios de cultura africana, da mesma forma que os de origem indígena e portuguesa, presentes na vida cultural quilombola só podem ser considerados dentro do que se convencionou chamar de "cultura caipira", conceito desenvolvido por Antonio Cândido³⁴. Os negros dos bairros quilombolas do Vale do Ribeira são *caipiras*. Segundo Renato S. Queiroz a escassez de vestígios da cultura africana nas comunidades predominantemente negras, provavelmente, deve-se ao fato que estas populações já chegaram ao Vale do Ribeira despojadas das tradições africanas que seus antepassados trouxeram para o Brasil. Os negros que vieram para o Vale do Ribeira, sejam da região litorânea de Iguape e Cananéia, sejam de Minas Gerais, provavelmente já tinham assimilado os costumes dos lugares onde moraram, somando-se a isso as práticas aterrorizantes da escravidão. Outro fator que deve ter influenciado no processo de erradicação da cultura africana é o fato destas populações serem católicas desde pelo menos o final do século XVIII.

Já faz parte das características da vida tradicional das comunidades quilombolas a religiosidade católica. Nos tempos *antigos* era a única religião encontrada nas comunidades quilombolas. Atualmente já existem igrejas evangélicas nestes bairros.

Antigamente, as festas tinham função religiosa, de reunião social, e de distribuição de uma parte do excedente da economia tradicional quilombola. Atualmente, elas mantêm as funções religiosas e de sociabilidade, promovendo momentos de encontro entre moradores dos sítios de um mesmo bairro e de sítios vizinhos, havendo rezas do terço, comida, baile e muita conversa. São momentos de intensa reprodução social, marcando-se mutirões, casamentos etc. A festa de São Benedito acontece em Pilões, em 26 de dezembro; as festas de São Sebastião, em 20 de janeiro e de Nossa Senhora Aparecida em 12 de outubro, na comunidade de Praia Grande; já a festa e romaria de São Gonçalo acontecem em várias comunidades, como Ivaporunduva e Praia Grande.

"A festa de São Gonçalo pode ser encontrada em diversas regiões do Brasil.

³⁴ Mello e Souza, 1964.

Sua origem portuguesa tem sido apontada por diversos autores, dentre os quais Maria Isaura Pereira de Queiroz : "São Gonçalo era, em Portugal, considerado santo casamenteiro das velhas e sua festa se realizava em Amarante em 10 de janeiro. Esta festa constava de danças, a princípio realizadas dentro das igrejas.. Trouxeram-na os portugueses para o Brasil nos primeiros tempos da colonização. Entre nós recorre-se a São Gonçalo nos mais diferentes momentos de dificuldades (doenças, problemas com a colheita etc.), e a realização da festa é a maneira pela qual o promesseiro deve agradecer a obtenção da graça, cumprindo assim a promessa feita anteriormente. Quando é o promesseiro quem paga a própria promessa, chamam-na "promessa de vivo". Mas há também as "promessas de defunto".....quando alguém, tendo prometido realizar rodas de São Gonçalo, alcançou a graça, mas não conseguiu em vida se desincumbir da promessa, seu espírito fica sem descanso e vem pedir aos parentes e amigos vivos que cumpram a promessa em seu lugar."³⁵

A festa de São Gonçalo é, portanto uma festa para pagar uma promessa. Inicia-se com uma refeição bem farta para todos os presentes, antes de começar a dança às 18:00 h. Esta refeição é custeada e preparada pela família do *vivo* ou do *morto* que alcançaram a graça. A dança é realizada na frente da imagem do santo, no altar, e é previamente ensaiada. Um romeiro toca viola puxando os cantos, outros homens também tocam e as cantadeiras respondem ao romeiro. A festa dura à noite inteira, sendo servidos café e bolinhos para todos os presentes ao amanhecer. "Além de seu caráter essencialmente religioso, a festa de São Gonçalo apresenta outras características: reforça a solidariedade grupal e oferece nítidas oportunidades para a manifestação dos mais variados e necessários tipos de sociabilidade. O mais sugestivo, porém, decorre do dado de constituir ocasião em que se promove distribuição de alimentos entre os integrantes do povoado....."³⁶

Há ainda a Festa da Padroeira - Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos - em Ivaporunduva. Realiza-se no primeiro domingo do mês de outubro, com procissão, missa e quermesse. Esta festa no passado durava três dias, era muito farta, realizavam-se casamentos e batizados e uma procissão fluvial percorrendo o rio Ribeira, levando bandeira com a imagem da Santa.

Estas comunidades predominantemente negras, com lideranças combativas e entrincheiradas em lutas políticas de âmbito nacional, convivendo com a difusão do conceito de remanescentes de quilombo no cotidiano de suas comunidades, não demonstram interesse pela memória ancestral de sua sociedade, despertando para o conhecimento da cultura afro-brasileira em seu leque variado - religião, música, culinária etc. Não foram encontrados sinais que haja interesse em descobrir em suas práticas culturais, vestígios da cultura africana.

d) Os projetos Desenvolvidos nas Comunidades Quilombolas

Os bairros quilombolas são atendidos pelas Prefeituras Municipais de Eldorado e Iporanga, que lhes prestam alguns serviços: escola para primeiro grau, balsas para travessia do rio Ribeira servindo as comunidades de Batatal, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Ivaporunduva, Galvão, São Pedro, Pilões e Maria Rosa.

As Sras. Zenaide Pereira Zorzi - Diretora do Departamento Municipal de Educação de Eldorado e Rita de Cássia Ribeiro - Coordenadora Pedagógica, informaram que as lideranças quilombolas solicitaram, recentemente, que os professores das escolas dos bairros fossem mais bem preparados pedagogicamente, e soubessem trabalhar as questões relativas aos remanescentes de quilombos.

³⁵ S. Queiroz, 1983, p. 98-99.

³⁶ S. Queiroz, 1983, p.103.

Como já foi dito, o ITESP tem sido o grande parceiro das comunidades quilombolas. O vínculo estabelecido, de natureza técnica e política, criou-se desde o momento em que foi regulamentada por lei, como atribuição do ITESP, a realização de todas as etapas do trabalho técnico (vide item 4) necessário à titulação das terras quilombolas. Entrevistados alguns técnicos do escritório de São Paulo, verificou-se que estão todos mobilizados para realizar da melhor forma possível os Relatórios Técnicos Científicos - RTC dos bairros quilombolas em fase de identificação. A meta é que todas as Associações dos Bairros Quilombolas tenham em suas mãos os Títulos de Domínio. Os técnicos entrevistados foram Anselmo Gomiero; Carlos Henrique Gomes, Maria Ignez Maricondi, Patrícia Scalli dos Santos, Rose Laine Bertaco Giacomini. Estes técnicos mostraram-se apreensivos com a morosidade do INCRA em finalizar o processo de titulação das terras quilombolas.

Em Eldorado e Iporanga houve contatos com os técnicos do ITESP local, que trabalham com as comunidades quilombolas. São eles: Pedro Lima, Sidney Santana e Silva, Ari Mendes. O responsável pela Diretoria de Desenvolvimento, Sr. Pedro Lima, explicou em linhas gerais o trabalho desenvolvido pelo ITESP com 14 comunidades quilombolas:

- ✓ agilizar junto ao Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais as licenças para abertura de novas roças;
- ✓ prestar assistência técnico-agrícola;
- ✓ parceria com a Embrapa para fornecer sementes crioulas de feijão, milho, arroz;
- ✓ orientar os idosos e acompanhar os trâmites burocráticos para aposentá-los;
- ✓ incentivar e patrocinar exposições para venda de artesanato;
- ✓ assessoria técnica de zootecnista nos bairros que têm projeto de apicultura.

O ITESP está convencido de que a venda de artesanato vai gerar uma nova fonte de renda para as comunidades, assim como a comercialização de mel de flores silvestres.

Algumas comunidades receberam do Governo do Estado fornos elétricos, para montagem de padarias nos bairros.

Foram construídos alguns equipamentos coletivos nos bairros, escolhidos por cada comunidade:

- ✓ Pedro Cubas - quadra poli-esportiva e galpão multi-uso;
- ✓ Sapatu - quadra poli-esportiva, oficina de artesanato e fábrica de doce de banana;
- ✓ André Lopes - quadra poli-esportiva, centro de artesanato e teleférico para transporte da banana;
- ✓ Ivaporunduva - quadra poli-esportiva, centro de artesanato, teleférico para transporte da banana, Pousada/Centro de Visitação;
- ✓ Galvão - galpão multi-uso, estando em projeto um posto de atendimento médico;
- ✓ São Pedro - quadra poli-esportiva e galpão multi-uso.

O Instituto Socioambiental - ISA - desenvolve um trabalho no Vale do Ribeira, mais especificamente, com a comunidade quilombola de Ivaporunduva. A filosofia que norteia os projetos do ISA é pautada pela *máxima* de que preservar o meio ambiente significa criar

condições de melhoria de vida. A perspectiva política do trabalho com os quilombolas é a de buscar modelos para o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira. Conversou-se sobre esse trabalho com o Coordenador do Projeto do Vale do Ribeira Nilto Tatto, bem como com o advogado do ISA, Raul da Silva Telles, que presta assessoria jurídica às comunidades quilombolas na questão das barragens.

O ISA está desenvolvendo um trabalho em Ivaporunduva em frentes diferentes: apoio à produção de artesanato com a palha da banana, plantio e comercialização de banana orgânica certificada e piscicultura.

Aliado aos investimentos necessários para realização destes projetos, o ISA coordena um trabalho de capacitação com os quilombolas, pensando na autonomia dos agentes políticos destas comunidades com vistas a uma realidade auto-sustentável.

A Pastoral da Terra desenvolve trabalho de base com as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e presta assessoria jurídica em várias questões relativas aos bairros.

e) Posição de Lideranças e Moradores Com Relação ao Empreendimento

Neste item, ao invés de historiar a luta das comunidades quilombolas contra as barragens do Vale do Ribeira, desde o estudo realizado pela CESP no final da década de 1970, optou-se por registrar as opiniões dos Presidentes das Associações dos Bairros Quilombolas, dos seus líderes políticos e demais moradores dos bairros, por achar oportuna uma atualização desta questão *candente*. Estas informações foram colhidas na pesquisa de campo, conforme relato contido no item Metodologia. A política voltada para a construção de barragens com a finalidade de produzir energia elétrica começa em 1950, época dos primeiros estudos de viabilidade da utilização do potencial hidroelétrico da bacia do rio Ribeira de Iguape.

É fato concreto e inquestionável que o convívio destas comunidades, por mais de meio século, com a iminência da construção das barragens tem gerado um *stress* para o seu cotidiano, o que, por si só, já impactou o modo de vida tradicional das comunidades quilombolas. Os barramentos considerados são Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatal.

É importante registrar que em todas as comunidades visitadas esclareceu-se que só estão em elaboração os estudos sócio-ambientais da UHE Tijuco Alto, empreendimento que, sendo licenciado, dará ensejo apenas à construção da barragem do mesmo nome, formando um lago antes da cidade de Ribeira, distante dos bairros quilombolas, ou seja, trata-se de uma barragem que não inundará nenhum bairro quilombola.

A seguir, o relato das entrevistas realizadas com lideranças e moradores das comunidades quilombolas:

Antônio Carlos Nicomedes /Coordenador do MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens – “Os quilombolas recusam-se a falar com o empreendedor, só falam junto com o IBAMA, em audiência pública. Se uma das barragens for licenciada, o mesmo acontecerá com as outras. A barragem do Tijuco não é capaz de conter a cheia de 1997, que subiu 16 m em Eldorado. O Vale do Ribeira não ganha nada com o Tijuco, se não contém as cheias, fato que seria um bem social para a região. Ao contrário, com a construção do Tijuco, as enchentes podem piorar, se a barragem funcionar no limite. As mineradoras Plumbum e Rocha vão ficar embaixo d'água, trazendo resíduos de chumbo para a água do rio. Há a preocupação com a contaminação da água e dos peixes. Toda a energia do Tijuco vai para a CBA. Desde agosto de 2004 estamos procurando o IBAMA para colocar as exigências do MOAB e das comunidades no Termo de Referência (mostrou correspondência trocada entre IBAMA e MOAB). Em 1994 a CBA pôs a polícia atrás da gente. Sabendo como as coisas

funcionam no Brasil não dá para confiar no trabalho do CNEC. A CESP explicou para os quilombolas que a construção das barragens ia gerar empregos e colocar luz nas nossas casas. O IBAMA não colocou nossas exigências porque governo é assim mesmo. Temos a nossa força, sentamos com 30 prefeitos, todos a favor do Tijuco e nós ficamos contra. Já sentamos com a CBA, anos atrás, o Antônio Ermírio só falou de energia e nós fomos contra. O EIA tem que ser um estudo do Vale todo, não pode ser um EIA por barragem. A gente pode falar o que quiser para você colocar no relatório, que não vai adiantar nada, nada do que você escrever vai ajudar. Faz um tempo, apareceram nas comunidades funcionários do empreendedor junto com o IBAMA, eles não se identificaram, nós não gostamos. Como o IBAMA anda junto com o empreendedor? Nós falamos em Brasília com o Ministério Público e eles falarem que não estavam de acordo. Não sabemos dizer que ONGs foram consultadas para o EIA. Nós manifestamos interesse em conversar com o IBAMA, eles jogaram a gente para conversar com o CNEC, mas o TR já estava pronto. O TR do IBAMA só chegou aqui semana passada, para a irmã Sueli (meados de janeiro de 2005). O IBAMA trata a gente com o maior descaso, mas nós temos a nossa força, nossos aliados, deputados, advogados. O IBAMA não marcou reunião, e pra que reunião se o TR já está pronto. Já está andando tudo nesse estudo. Na hora certa vamos entrar”.

José Rodrigues/Presidente da Associação do Bairro de Ivaporunduva – “Em 1994, o pessoal da CBA bateu na mulherada, numa reunião no Paraná. É arcaico. Este rio, Ribeira do Iguape é virgem, não tem nenhuma barragem, solta uma barragem rio acima inunda tudo. A Bacia do Ribeira é complexa: tem leis protegendo as cavernas, o solo é calcário, tem chumbo que pode contaminar a água, tem os Parques. Para nós essa hidroelétrica não é desenvolvimento. Quando o movimento (o MOAB) não concorda com a barragem é porque o povo acha que o desenvolvimento é por outro lado. A CBA faz uma política arcaica. Hoje o Brasil mudou, já tem EIA/RIMA, leis, não é mais como no tempo de Itaipu. Falamos para Dilma que não foi essa a política do governo, votamos em uma política de fontes alternativas. Eu trabalho no MOAB e há 5 anos no MAB Nacional, já viajei muito. De 1 milhão de pessoas atingidas pelas barragens, 60% não foram indenizadas. O MAB já parou a Avenida Paulista”.

Sra. Neila Santos Marinho, esposa do Sr. Gilmar dos Santos Marinho/Presidente da Associação do Bairro de Poças – “A barragem do Antônio Ermírio vem de muito tempo atrás. Nós moramos longe, mas só de ver o pessoal que mora na beira do Ribeira... São nossos parentes, que sofrem muito com as enchentes, não podem nem falar nessas barragens, então todos nós somos contra”.

Moradores da comunidade de Abobral, que não quiseram se identificar – “Estamos sabendo dessa conversa de construção de barragem lá para cima. Faz muito tempo que falam nisso. Não achamos bom construir nenhuma barragem, porque a que soltou água em 97 (Capivari) trouxe uma grande desgraça”.

Sr. Reginaldo Machado, morador do bairro Sapatu, monitor ambiental e trabalha como guia na Caverna do Diabo – “Sapatu ficou embaixo d’água na cheia de 97, na minha casa a água chegou na janela. E se o Tijuco soltar água? Fui com o pessoal para São Paulo, lá na CBA, e puseram a polícia em cima da gente”.

Sr. Antônio Jorge/Presidente da Associação de Moradores do Bairro Pedro Cubas – “Esse rio Ribeira é como um organismo vivo, você não pode cortar aqui, barrar ali, acaba matando o rio. Não dá certo fazer essas barragens”.

Paulo Silvio Pupo, jovem liderança de Ivaporunduva, coordena o trabalho com o artesanato - “Fomos em dezembro a Brasília, com o MAB, conversei rápido com o Lula, disse que nós somos contra essas barragens, ele disse que ia se informar a respeito. Ele já esteve aqui conosco no tempo da campanha. Não somos só nós que vamos impedir, os

ambientalistas, o pessoal dos parques também não vai deixar. Não queremos nenhuma barragem, nem a do Tijuco. Essa energia é muito atrasada”.

Sr. Aparício de Almeida/Presidente da Associação de Moradores do Bairro de Nhungara – “Sendo quilombola eu sou contra as barragens. Pela minha religião eu também sou contra as barragens, porque não quero que nenhum ser vivo fique embaixo d’água. Mário Covas foi o único governo que teve coragem de pegar esse artigo que estava escondido e assim darmos um passo maior”.

Sr. Jabor Furquim de França, marido da Sra. Jovita / Presidente da Associação de Moradores do Bairro Galvão – “Jovita já foi três vezes a Brasília para brigar contra as barragens. Na cheia de 97, perdemos a nossa casa, que ficou embaixo d’água. Nessa chuvarada agora de janeiro o prefeito de Eldorado mandou recado pelo pessoal que veio de ônibus de Eldorado, que iam soltar só um pouco d’água lá em Capivari, pra gente ficar atento, subiu um pouco esse Pilões”.

Sra. Clotilde Pereira/Presidente da Associação de Moredores do Bairro de Praia Grande – “Ninguém quer nenhuma barragem, mas nenhuma mesmo. Nem essa barragem que fica longe nós queremos. Olha! A gente mora na beira dessa Ribeira (mostrou um trecho do rio chamado Funil), não tem cabimento fazer uma barragem aqui, é um lugar muito perigoso, a calha é muito alta e estreita, não vai prestar, vai ficar todo mundo embaixo d’água”.

Sr. Osvaldo dos Santos / Presidente da Associação dos Moradores do Bairro de Porto Velho – “Eu sou contra todas as barragens, com a abertura das comportas do Tijuco eu tomo água de soco. Se fizer as de baixo eu também sou atingido. Os escravos vieram prá cá desde o 1700, desde o 1800 nós temos documento, nós temos uma história que tem que ser respeitada. Tem o nosso cemitério antigo, o nosso modo de viver, a nossa história”.

Sr. José Muniz, morador de Bombas – “Isso aí eu não aceito. Nesse assunto eu ajudo o padre (rindo). Porque eu tenho pena do pessoal da Praia Grande e do Porto (Porto Velho). Eu tenho parentes lá. Meus filhos estão fora trabalhando, mas eles também são contra essas barragens”.

Sr. Antoninho Ursulino, morador de Bombas – “Se fizer barragem aqui perto, mesmo a gente que tá no alto, os rios represam, é tudo furado, enche d’água até onde tá longe da beira. E tem o pessoal da beira também, nossos parentes”.

A falta de informações sobre o empreendimento transformou questões técnicas em questões políticas, dando margem a opiniões e temores como:

- ✓ A construção da barragem do Tijuco Alto vai viabilizar a construção de Itaoca, Funil e Batatal.
- ✓ Resíduos de chumbo deixados pelas mineradoras na área de inundação do Tijuco descerão pelos rios, prejudicando as populações ribeirinhas a jusante.
- ✓ Há três cavernas na área de inundação do Tijuco.
- ✓ O subsolo calcário assemelha-se a um queijo com buracos, possibilitando o escoamento da água, depois da construção da represa.
- ✓ A energia gerada no Tijuco Alto será utilizada exclusivamente pela CBA.
- ✓ Historicamente, a CBA manteve relações ruins com as comunidades quilombolas.

- ✓ A barragem pode arrebentar devido às fortes chuvas de verão.
- ✓ As comportas podem vir a ser abertas no período das chuvas, repetindo a cheia de 1997, quando foi aberta uma comporta de Capivari.

1.6. PERSPECTIVAS DO DESTINO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: SEM E COM O EMPREENDIMENTO

a) Sem a Construção da Barragem

A realidade destas comunidades sem a construção da barragem é, em primeiro lugar, prosseguir vivendo a eminência de construção das mesmas no futuro.

Os projetos socioeconômicos do ITESP e do ISA continuarão contemplando estas comunidades. A titulação das terras seguirá seu curso, muito lentamente, segundo toda probabilidade.

Os investimentos do BID para a região devem ter reflexos na economia dos bairros, sob forma de renda dos seus integrantes que já estão trabalhando como monitores ambientais neste ramo econômico.

Ao mesmo tempo, a ampliação do ecoturismo com estes investimentos, pode trazer desarticulação social e perdas culturais para estes bairros, até então relativamente resguardados desta interface com a sociedade de consumo.

b) Com a Construção da Barragem

Com a construção da hidrelétrica do Tijuco Alto, que não inunda fisicamente estes territórios, permanecerá apenas o temor dos quilombolas com relação à construção dos outros barramentos (Itaóca, Funil e Batatal) os quais trarão prejuízos irreversíveis aos bairros quilombolas, uma vez que muitos deles serão inundados no todo ou em parte, conforme Figura 3.5.3/06.

A inclusão do Artigo 68 na Constituição Federal de 1988 representou a perspectiva de indenização pelos quase 400 anos de escravidão para estes bisnetos de escravos. A possibilidade da construção de barragens em seqüência no rio Ribeira de Iguape vem, há 50 anos, ameaçando essa indenização, criando ao mesmo tempo um peso de grande magnitude no cotidiano dos quilombolas, como se pode observar nos depoimentos transcritos.

Considerando-se a história da ocupação territorial destes bairros e suas características sociais, econômicas e culturais, este impacto não poderia ser compensado adequadamente com a simples transferência dessas famílias, porque, como já foi dito, no caso quilombola, territorialidade e identidade são as duas faces da mesma moeda.